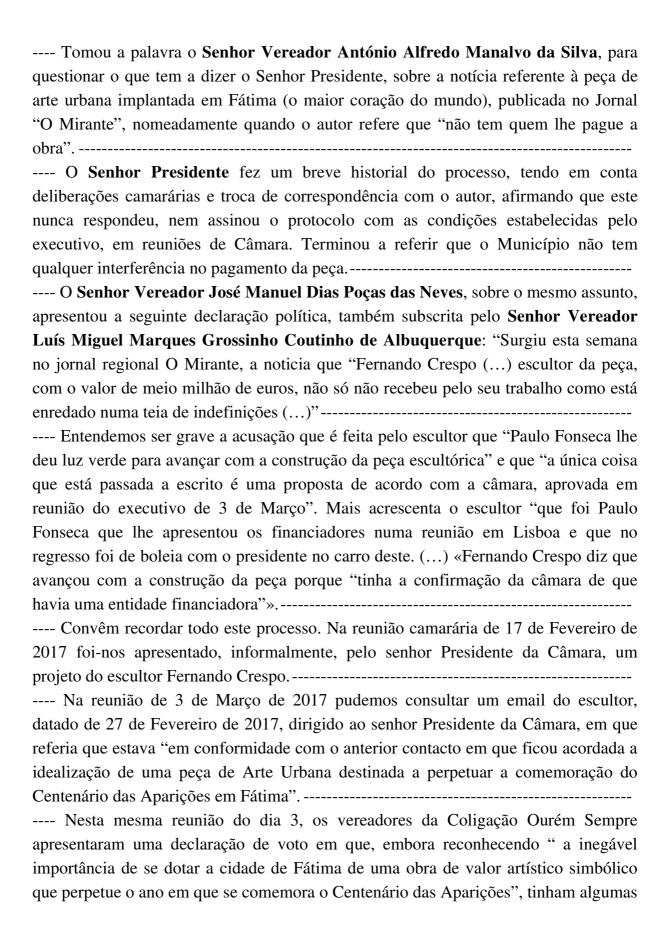


ATA N.º 20 (REUNIÃO PRIVADA)

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA
FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO DE ALBUQUERQUE, JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES,
MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA e ANTÓNIO ALFREDO MANALVO DA
SILVA, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Atendimento ao
Munícipe
OOXXXOO
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
ooxxxoo
000
FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA
O Senhor Presidente informou os presentes de que, ao abrigo da Delegação de
Competências efetuada na reunião de 29 de maio de 2015, considerou justificadas as
faltas dos Senhores Vereadores NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO e MARIA
ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA, por estes se encontrarem
de férias
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
ooxxxoo
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor
Presidente deu seguidamente a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de
assuntos gerais para a autarquia







dúvidas sobre a execução e propriedade da dita obra pelo que consideravam ser importante "a urgente apresentação das características técnicas da escultura, bem como o seu custo", o esclarecimento de que a obra fosse considerada "propriedade do Município, salvaguardando, como decorre da lei, os respetivos Direitos de Autor sobre a mesma", bem como sendo dado ser "o Município a coordenar e executar as obras necessárias à implantação da Escultura, torna-se necessário e urgente a definição do procedimento, bem como de toda a componente técnica a executar, incluindo a respetiva estimativa orçamental." Foi ainda salientado nessa declaração de voto que tendo "em consideração o valor base que nos foi verbalmente indicado como custo da Peça, o Escultor apresentou uma solução de Mecenato, identificando o Mecenas através de uma determinada empresa que suportará a totalidade do custo da Escultura; Refira-se que esta solução mecenático nada tem a ver com o Município, pelo que a relação do Município deverá ser exclusivamente com o Escultor Fernando Crespo." Merecendo a total concordância do senhor Presidente da Câmara, e estando portanto salvaguardados os princípios de transparência, "os Vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, entenderam votar favoravelmente esta proposta".--------- Infelizmente, não foram cumpridos por parte do executivo socialista alguns dos pressupostos que levaram a que a Coligação Ourém Sempre, de boa-fé, votasse favoravelmente este projeto e dado que já se tinha passado quinze dias, na reunião camarária de 14 de Março de 2017, apresentámos uma proposta. --------- Atendendo a "que o Município se devia salvaguardar em todo este processo, pelo que deveriam ter ser apresentadas aos vereadores até à presente reunião:-----

- 3. A definição do procedimento, bem como de toda a componente técnica a executar, incluindo a respetiva estimativa orçamental, uma vez que é o Município a coordenar e executar as obras necessárias à implantação da Escultura.
- 4. A confirmação escrita que a solução mecenática encontrada nada tem a ver com o Município, pelo que a relação deste é exclusivamente com o Escultor Fernando Crespo.-----
- ---- Lamentavelmente nada nos foi apresentado. Continuamos sem saber o custo de implantação da escultura, a definição do procedimento ou as condições finais que foram acordadas com o escultor. 15 dias não foram suficientes para a Câmara prestar

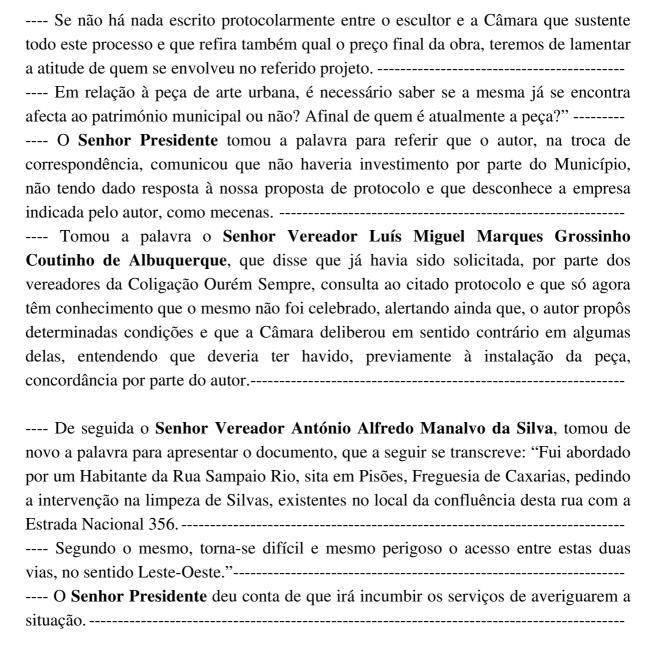


aos vereadores os esclarecimentos que são imprescindíveis para que a obra poder ser concretizada com total transparência. --------- Dados os pressupostos acima mencionados, não resta outra solução aos vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP senão a de propor a imediata suspensão da execução da obra até aos cabais esclarecimentos e garantias em sede camarária sobre esta obra marcante para Fátima a nível visual, artístico e simbólico." Esta proposta não foi aprovada, tendo votado contra os Senhores Vice-Presidente da Câmara Nazareno do Carmo e Vereadores Lucília Vieira e António Alfredo Manalvo da Silva (o senhor Presidente não esteve presente). --------- Na reunião do dia 7 de Abril de 2017, os vereadores da Coligação Ourém Sempre apresentaram uma nova declaração política, referindo que face aos "requerimentos apresentados no decurso das duas últimas reuniões de Câmara sobre a execução de uma Peça de Arte Urbana para perpetuar o Centenário das Aparições de Fátima, onde os Vereadores da Coligação Ourém Sempre manifestaram as suas dúvidas sobre os procedimentos que estão a ser adotados, as caraterísticas técnicas e a clarificação da propriedade final da Peça, na última reunião de Câmara o Sr. Presidente informou: ---a) Que a deliberação camarária de 03 de Março de 2017 foi remetida para o Autor da Peça, e que o mesmo não se pronunciou até á data.----b) O Município mantém contacto exclusivo com o Autor da Peça. ----c) O Município assumirá os encargos com a realização das obras necessárias à implantação da Peça.----d) O Projeto referente á citada Obra será apresentada na próxima reunião do Executivo. --------- Face a estes considerandos que nada nos esclarecem, e tendo em consideração o documento enviado para análise nesta reunião, os Vereadores da Coligação Ourém Sempre entendem tecer os seguintes comentários:-----1º Continuamos sem ter conhecimento das caraterísticas técnicas da Escultura. -2º Continua sem ser apresentado qualquer documento onde esteja plasmado o custo da Peça, bem como a cedência ao Município da sua propriedade.-----3º O Autor assume na sua comunicação de 27 de Fevereiro de 2017, que o "trabalho será apoiado por um mecenas, através da empresa Partnerlux Capital, S.A., portanto sem investimento municipal". A bem do rigor dos procedimentos que deve nortear a gestão municipal, entendemos que o Autor deverá assumir por escrito o custo total da obra perante o Município, já que os contactos realizados são feitos exclusivamente entre o Município e o Autor da Peça de Arte Urbana. -----



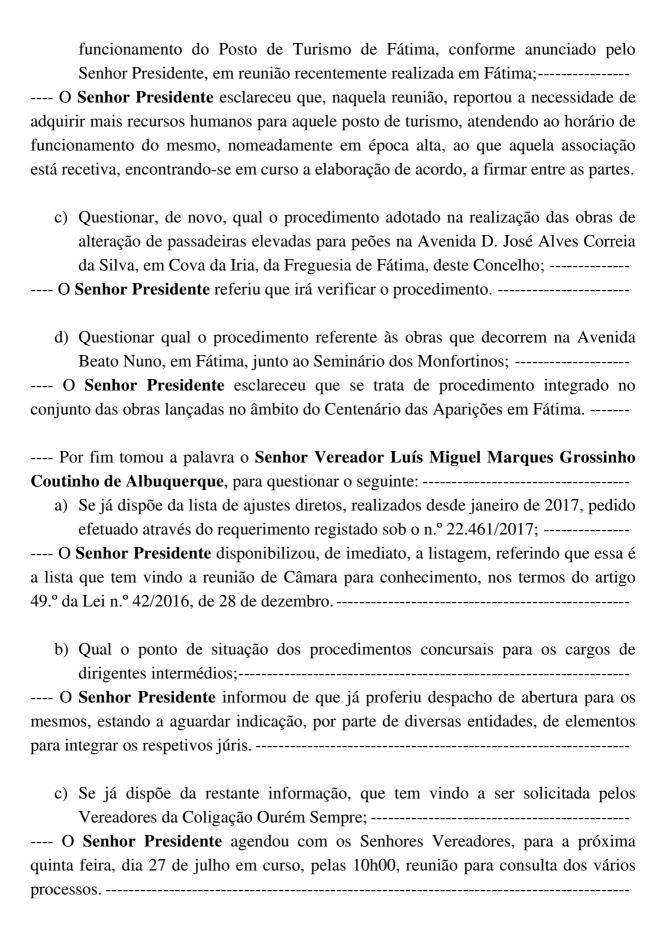
4º Foi com incredibilidade que recebemos a comunicação do Escultor Fernando Crespo datada de 04 de Abril de 2017, onde assume a realização e o custo da sapata que irá suportar a Peça de Arte Urbana, bem como as alterações das infraestruturas existentes. Tendo em consideração que na última reunião camarária nos foi afirmado que a Divisão de Obras Municipais iria remeter à reunião de Câmara seguinte o projeto da sapata que estava em fase terminal temos que questionar o Sr. Presidente sobre qual a razão desta súbita e inesperada alteração de procedimento, dado que contraria a deliberação de 03 de Março de 2017, nomeadamente no seu ponto 3°. (...) ---------- Face ao histórico apresentado e à ausência de respostas objetivas aos requerimentos já apresentados sobre esta matéria, bem como ao que é presente à reunião de Câmara de hoje, e a bem da total transparência, os Vereadores da Coligação Ourém Sempre votam CONTRA esta proposta, e entendem dever demarcar-se de todo este processo expressando a sua indignação pela forma como foi conduzido todo este processo." ---------- Tendo a peça de arte urbana sido inaugurada em 10 de Maio de 2017, não estiveram presentes os vereadores da Coligação Ourém Sempre. Os vereadores da Coligação Ourém Sempre voltaram a requerer, por escrito, na reunião de 15 de Junho, que lhes fosse facultado "para consulta o acordo firmado entre o Município de Ourém e o escultor Fernando Crespo." Na reunião de 7 de Julho, o Vereador Luís Albuquerque, em nome da Coligação, voltou a pedir para consultar o acordo escrito firmado entre o Município de Ourém e o escultor Fernando Crespo, dado que é do procedimento corrente existir um contrato escrito entre o Município e quem faz a obra. ---- Mais uma vez e até à presente reunião, nada nos foi entregue para consulta. --------- Cabe pois, a bem da verdade e da transparência, que haja um esclarecimento definitivo sobre este assunto.--------- Existe ou não um acordo escrito firmado entre o Município de Ourém e o escultor, Fernando Crespo? Caso exista, porque é que não nos é permitido consultá-lo? ---------- É que segundo as palavras do escultor Fernando Crespo no jornal O Mirante, não existe nenhum acordo escrito. A ser verdade, como é que se faz uma obra sem estar protocolado todo o processo de construção? --------- É também premente, a bem da total transparência, perceber este processo. Se o escultor escreve no seu email de 27 de Fevereiro que o seu "trabalho será apoiado por um mecenas através da empresa Partner Lux Capital S.A", como é que o escultor afirma agora, no jornal O Mirante "que foi Paulo Fonseca que lhe apresentou os financiadores numa reunião em Lisboa"? Afinal quem é que propôs o mecenas? Quem calunia quem? -----



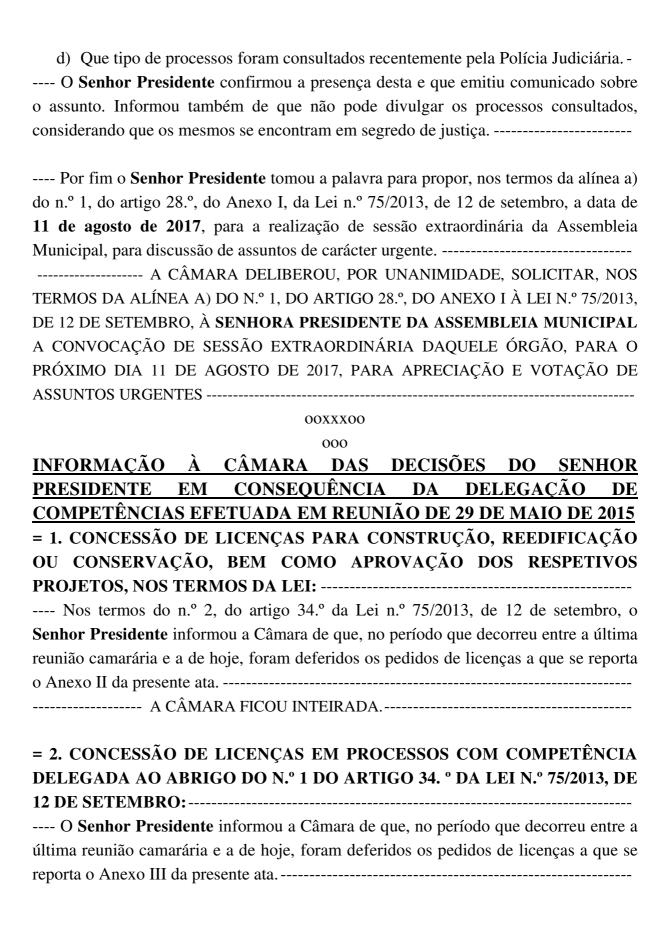


- ---- Tomou a palavra o Senhor Vereador José Manuel Dias Poças das Neves, para:
 - a) Informar, de novo, de que o munícipe **Sérgio Daniel Pereira Alves**, residente na Avenida D. José Alves Correia da Silva, n.º 214, Bloco A, 5.º direito, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, ainda não foi esclarecido sobre a questão que colocou na reunião de 05 de maio de 2017, relativa ao motivo por que foram abatidas três árvores, naquela avenida;-------
 - b) Solicitar informação acerca de acordo a celebrar com a ACISO Associação
 Empresarial Ourém Fátima, com vista a assegurar as condições de

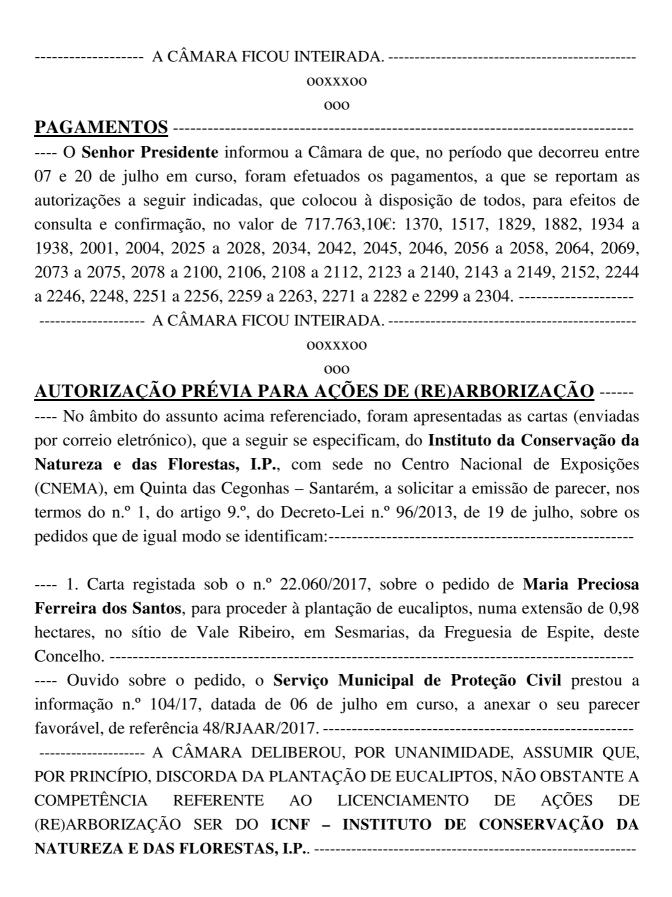




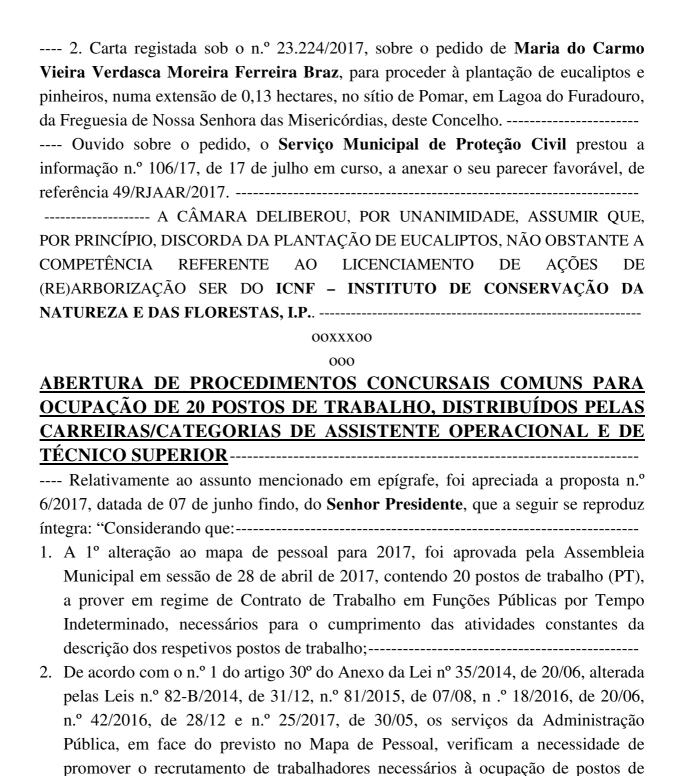






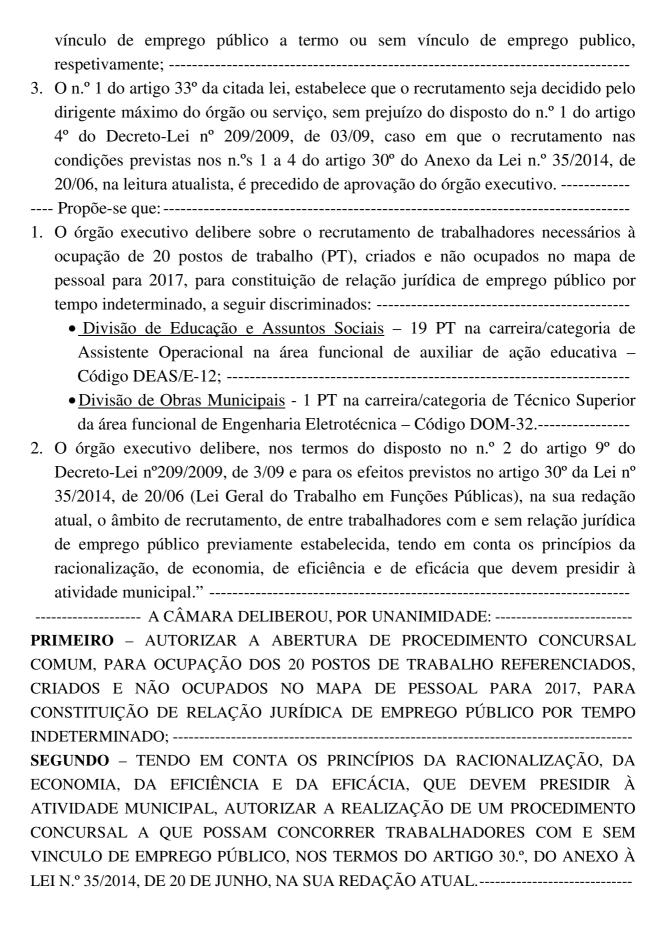






trabalho criados e não ocupados, sendo que, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do mesmo artigo, o recrutamento é efetuado por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, podendo ainda, proceder-se ao recrutamento de trabalhadores com







ooxxxoo

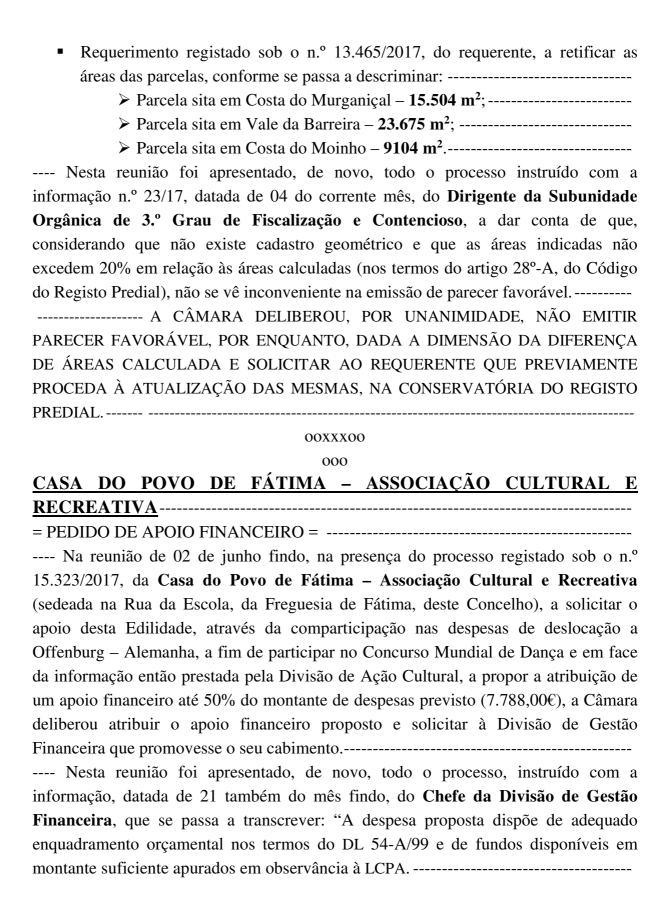
000

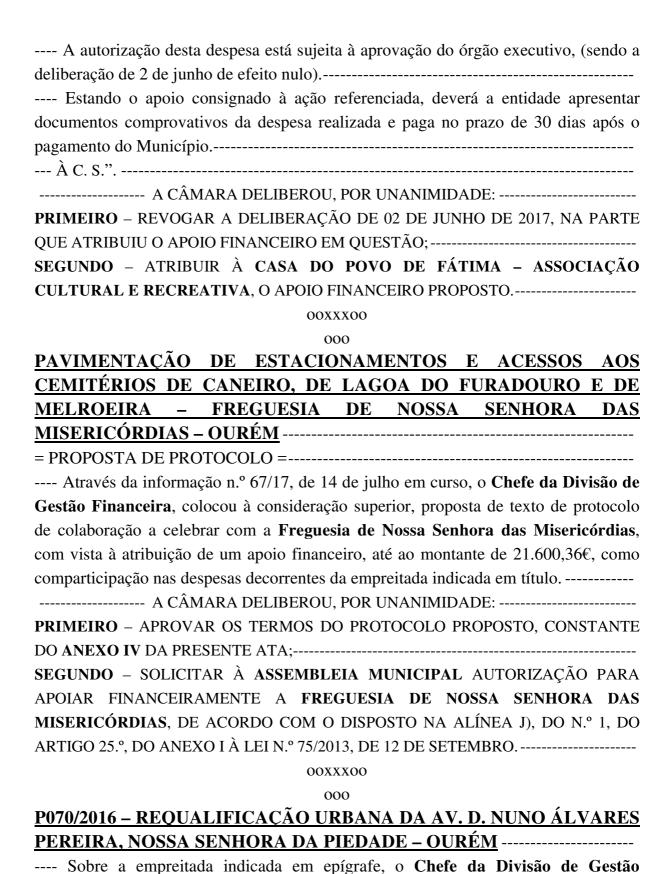
AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES OU CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)------

---- Na reunião de 19 de maio de 2017, a Câmara deliberou solicitar aos serviços melhor esclarecimento relativamente ao requerimento registado sob o n.º 11.333/2017, de **Arlindo dos Santos Vieira**, residente na Rua da Ladeira da Moita, n.º 7, em Giesteira, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a requerer parecer favorável, nos termos do artigo 54.º, da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, para celebração de escritura de partilhas, por óbito de **José António Prazeres** e **Maria Amália**, dos prédios a seguir descritos: -

- Prédio rústico composto por terra com mato e tanchões, sito em Vale da Barreira, também da Freguesia de Fátima, com a área de 19.660 m², a confrontar a norte com serventia, a sul e a nascente com José Pereira e a poente com Joaquim António Sebastião, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 20180;------
- Prédio rústico composto por terra de semeadura com tanchões, no sítio de Riconco, da dita freguesia, com a área de 2320 m², a confrontar a norte e a nascente com estrada, a sul com Afonso dos Santos e a poente com Maria do Rosário, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 21953.------
- ---- À data daquela reunião, o processo encontrava-se instruído com, para além de outros documentos, os que se passam a especificar:-----
 - Informação n.º 123/17, datada de 06 de abril último, da então Equipa de Projeto "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017", a referir que existiam divergências de áreas;------

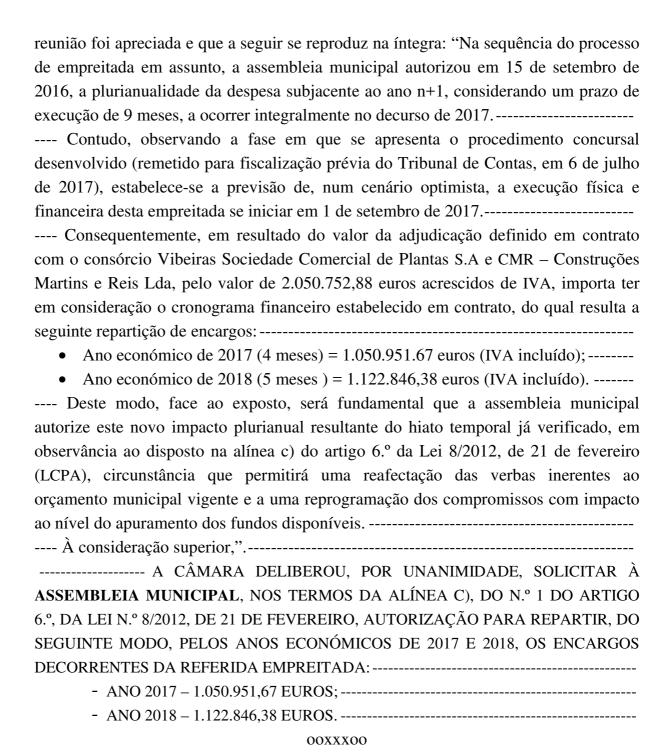






Financeira prestou a sua informação n.º 68/17, de 18 do corrente mês, que na presente



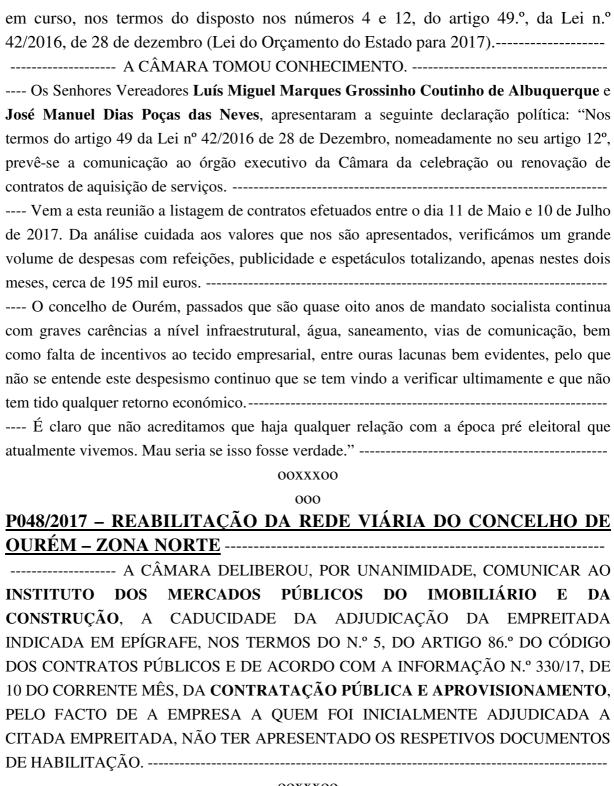


000

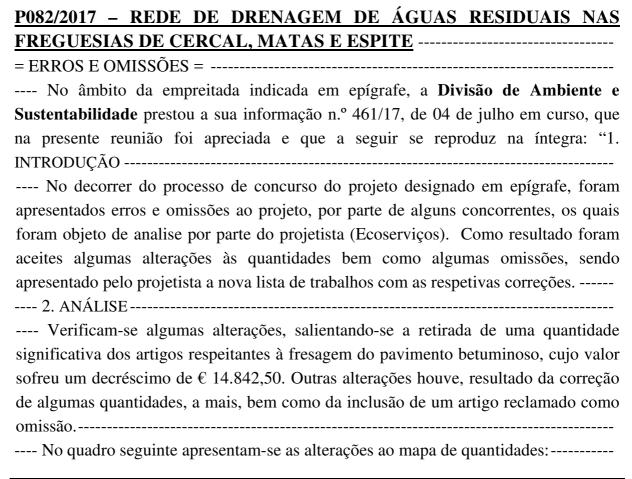
CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AJUSTE DIRETO -----

---- Foi apresentada a informação n.º 331/17, de 10 de julho corrente, da **Contratação Pública e Aprovisionamento**, a anexar listagem referente aos contratos de aquisição de serviços, celebrados ou renovados, no período de 11 de maio transato e 10 de julho





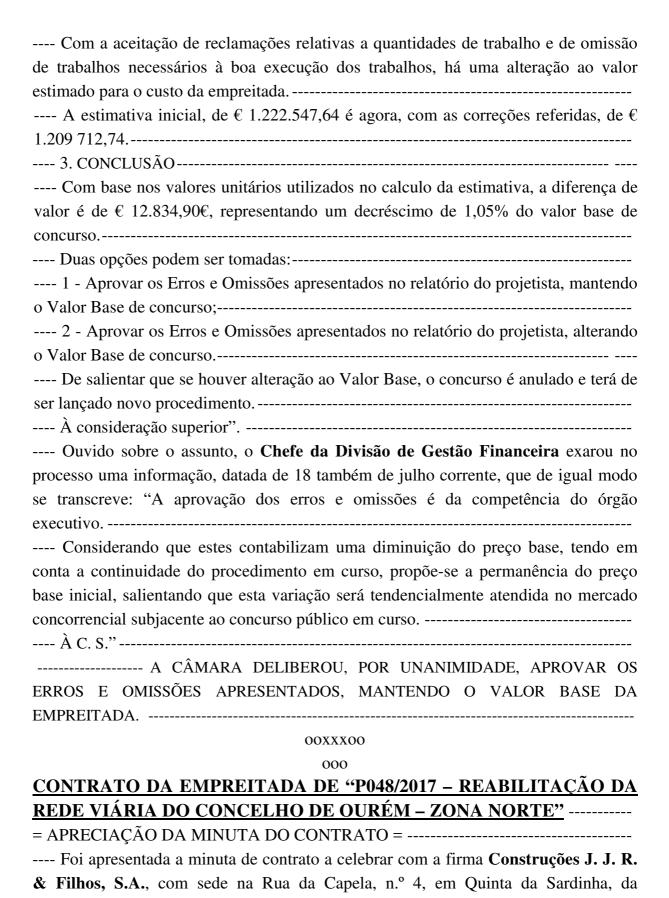




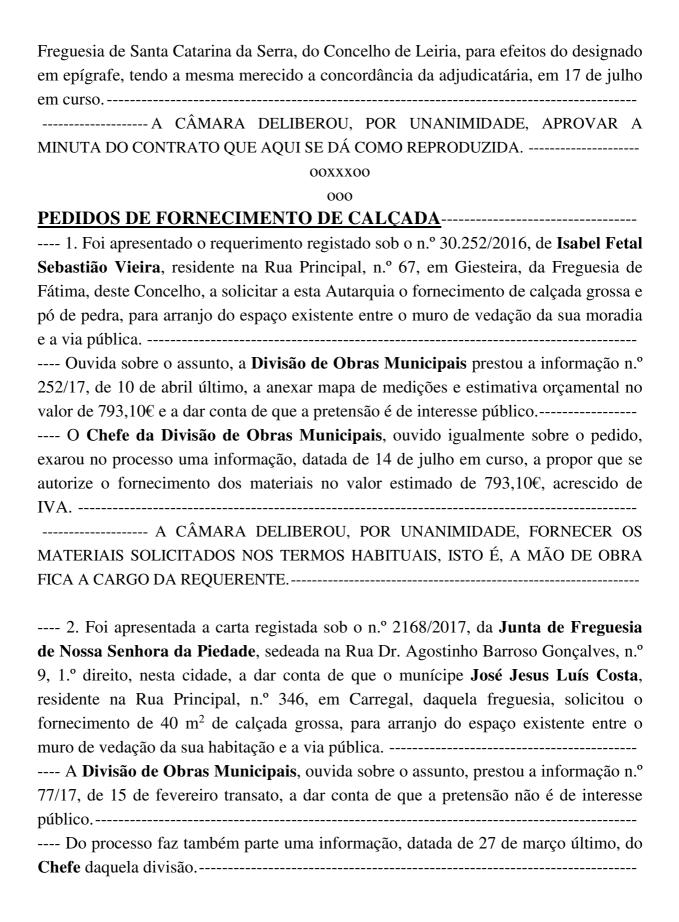
MUNICÍPIO DE OURÉM CÂMARA MUNICIPAL REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE CERCAL, MATAS E ESPITE PROJECTO DE EXECUÇÃO - MEDIÇÕES E ORÇAMENTO

~		S
CÓDIGO DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS QUANT. UN. PREÇO QUANT. UN.	PREÇO	
I OUANI. I UN. I II UUANI. I UN. I	UNITÁRIO	TOTAL
2.1.1.2.5 Fresagem de camada de desgaste existente em betão betuminoso, numa espessura média de 0,05m para reposição do pavimento definitivo incluindo regularização das superfícies, carga, transporte e deposição de materiais sobrantes em destino autorizado. 31 330 m² 1,50 € 46 995,00€ 24 856 m²	1,50 €	37 284,00 €

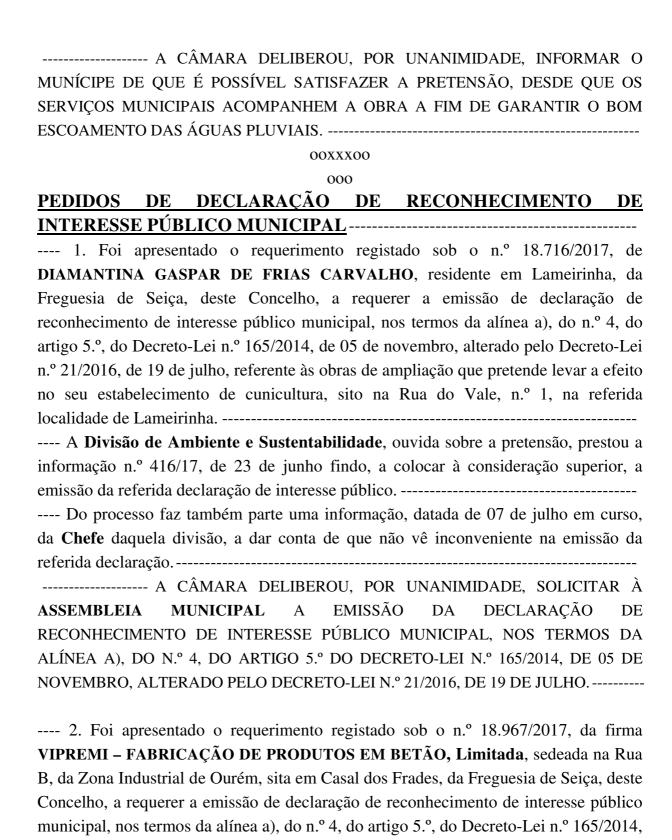
			i			1	1	•	
2.1.5.5	Fornecimento e colocação de tela de sinalização de presença, de tubagem de cor castanho	3 133	m	0,20 €	626,60 €	8 211	m	0,20 €	1 642,20 €
3.1.1.1.5	Fresagem de camada de desgaste existente em betão betuminoso, numa espessura média de 0,05m para reposição do pavimento definitivo incluindo regularização das superfícies, carga, transporte e deposição de materiais sobrantes em destino autorizado.								
		7 180	m²	1,50 €	10 770,00€	5 519	m²	1,50 €	8 278,50 €
3.1.5.5	Fornecimento e colocação de tela de sinalização de presença, de tubagem de cor castanho	1 416	m	0,20 €	283,20€	1 776	m	0,20 €	355,20 €
3.2.3.7.3	Fornecimento e instalação de MODEM/ROUTER 3G, incluindo programação de operação e colocação em serviço	0	un	750,00 €	0,00 €	1	un	750,00 €	750,00 €
4.1.1.2.5	Fresagem de camada de desgaste existente em betão betuminoso, numa espessura média de 0,05m para reposição do pavimento definitivo incluindo regularização das superfícies, carga, transporte e deposição de materiais sobrantes em destino autorizado.								
4.1.5.5	Fornecimento e colocação de tela de sinalização de presença, de tubagem de cor castanho	7 652	m²	1,50 €	11 478,00€	5 892	m²	1,50 €	8 838,00 €
	Totais	3 170	m	0,20 €	634,00 € 70 786,80 €	4 020	m	0,20 €	804,00 € 57 951,90 € - 12 834,90 €



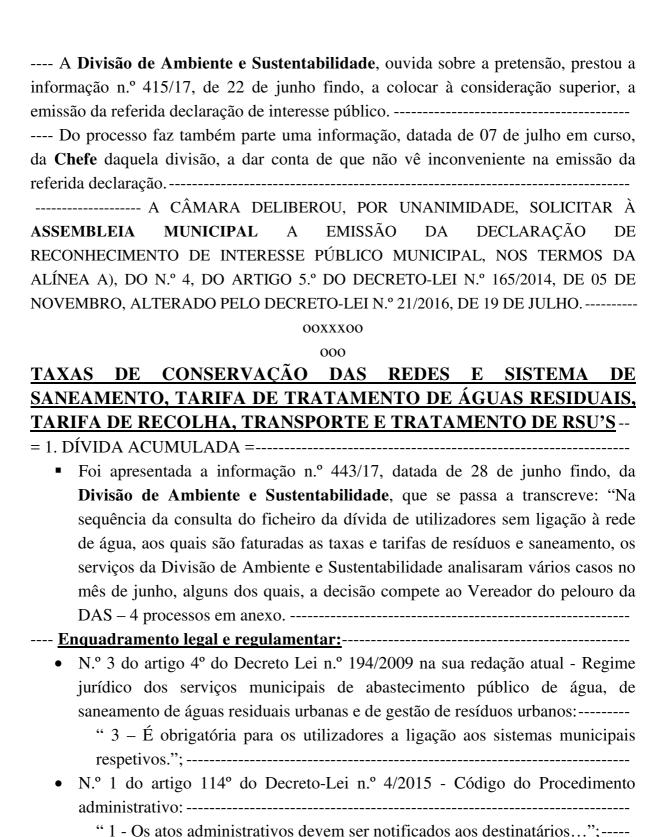








de 05 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, para regularização das obras de ampliação levadas a efeito no seu estabelecimento industrial sito na referida morada.-----



N.º 1 do artigo 43º do Regulamento Municipal de gestão de resíduos urbanos, higiene, limpeza e imagem do Concelho de Ourém -----



		•					
					 Metodologia de aná 		_
			1		da tabela anexa:		
					dívida dos munícipes		
pro	ocessos	3;					
	2 Int	formar os r	nunícipes da obri	igatorieda	ade de ligação à rede po	íblica d	le água de
	2. IIII	ioiiiai os i	1	\mathcal{C}	ade de figação a rede po		ic agua uc
ac			-	•			•
ac	ordo co	om o DL 19	94/2009 e;		• •		
	ordo co 3. Int	om o DL 19 formar a B	04/2009 e;e Water, S.A. qu	e os utili		os à re	de pública
de	ordo co 3. Int	om o DL 19 formar a Bo cimento de	04/2009 e;e Water, S.A. qu água, apesar de t	e os utili erem ace	zadores não estão ligad	os à re	de pública
de	ordo co 3. Int	om o DL 19 formar a Bo cimento de	04/2009 e;e Water, S.A. qu água, apesar de t	e os utili erem ace	zadores não estão ligadesso à mesma	os à re	de pública
de 	3. Intabe	om o DL 19 formar a Bo cimento de la:	04/2009 e;e Water, S.A. qu água, apesar de t	e os utili erem ace	zadores não estão ligadesso à mesma	os à re	de pública
de	3. Intabastee - Tabe	om o DL 19 formar a Becimento de la: N.º Processo ano/DA/GC/	04/2009 e;e Water, S.A. qu água, apesar de t	e os utili terem ace	zadores não estão ligadesso à mesma	os à rec	de pública
1 2	3. Intaber abaste Tabe	om o DL 19 formar a Be cimento de la: N.º Processo ano/DA/GC/	04/2009 e;e Water, S.A. qu água, apesar de t	e os utili erem ace NIF	zadores não estão ligadesso à mesma Morada Beco da Cabaça n.º 2 Casaria	os à rec	de pública Valor em Dívida 128,52 €
1 2 3	3. Intabasted - Tabe Entrada SGD 18641/17	om o DL 19 formar a Be cimento de la:	Nome Isabel Maria Sousa Lopes Manuel Ferreira Marques	e os utili terem ace 	zadores não estão ligadesso à mesma Morada Beco da Cabaça n.º 2 Casaria Rua Outeiro do Cubal n.º 26	Olival	de pública Valor em Dívida 128,52 € 524,22 €
1 2 3 4	3. Infa abasted - Tabe Entrada SGD 18641/17 19988/17 20736/17	om o DL 19 formar a Becimento de la: N.º Processo ano/DA/GC/ 2017/110 2017/118 2017/123 2017/125	Nome Isabel Maria Sousa Lopes Manuel Ferreira Marques Isidro Pereira Maria Jesus Ferreira	NIF 210 426 152 175 084 718 190 346 019 216 080 053	zadores não estão ligadesso à mesma Morada Beco da Cabaça n.º 2 Casaria Rua Outeiro do Cubal n.º 26 Travessa das Cerejeiras n.º 3 Cerejeiras Rua do Barreiro n.º 57 Barreirinhas	Olival Matas Matas Matas	Valor em Dívida 128,52 € 524,22 € 124,28 € 81,58 €
1 2 3 4	3. Interpretation abasted abasted SGD 18641/17 19988/17 20731/17 20736/17 À cor	om o DL 19 formar a Becimento de la: N.º Processo ano/DA/GC/ 2017/110 2017/118 2017/123 2017/125 nsideração s	Nome Isabel Maria Sousa Lopes Manuel Ferreira Marques Isidro Pereira Maria Jesus Ferreira	NIF 210 426 152 175 084 718 190 346 019 216 080 053	zadores não estão ligades so à mesma. Morada Beco da Cabaça n.º 2 Casaria Rua Outeiro do Cubal n.º 26 Travessa das Cerejeiras n.º 3 Cerejeiras Rua do Barreiro n.º 57 Barreirinhas	Olival Matas Matas Matas	Valor em Dívida 128,52 € 524,22 € 124,28 € 81,58 €
1 2 3 4	3. Inta abasted Tabe Entrada SGD 18641/17 19988/17 20731/17 20736/17 À cor	om o DL 19 formar a Becimento de la: N.º Processo ano/DA/GC/ 2017/110 2017/118 2017/123 2017/125 nsideração s	Nome Isabel Maria Sousa Lopes Manuel Ferreira Marques Isidro Pereira Maria Jesus Ferreira Superior," CÂMARA DELI	e os utili erem ace NIF 210 426 152 175 084 718 190 346 019 216 080 053 BEROU,	zadores não estão ligadesso à mesma Morada Beco da Cabaça n.º 2 Casaria Rua Outeiro do Cubal n.º 26 Travessa das Cerejeiras n.º 3 Cerejeiras Rua do Barreiro n.º 57 Barreirinhas	Olival Matas Matas Matas Matas	Valor em Dívida 128,52 € 524,22 € 124,28 € 81,58 €

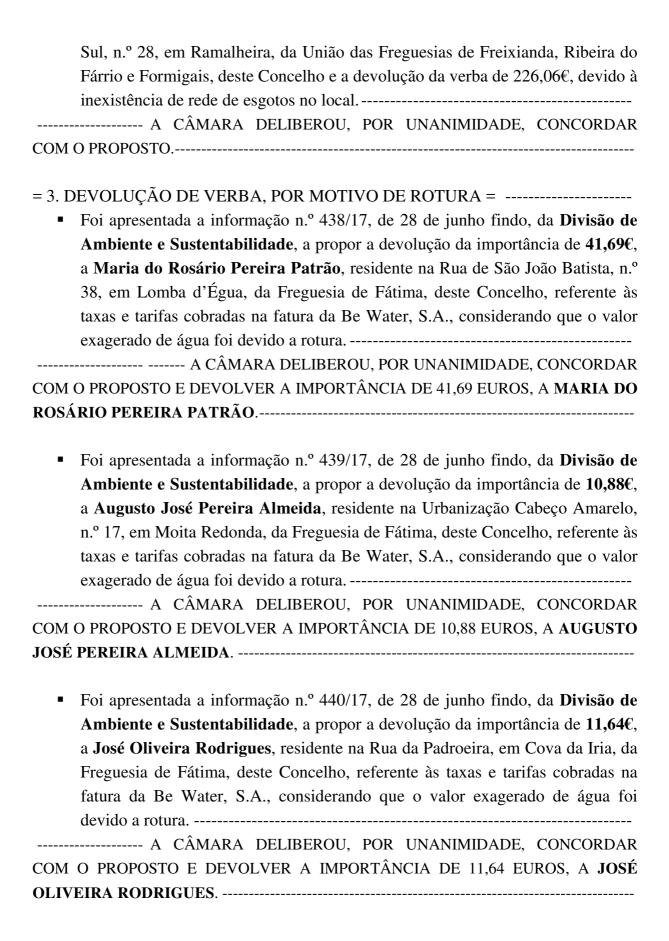
= 2. INEXISTÊNCIA DO SISTEMA (REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS) = -----

----- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PROPOSTO.-----

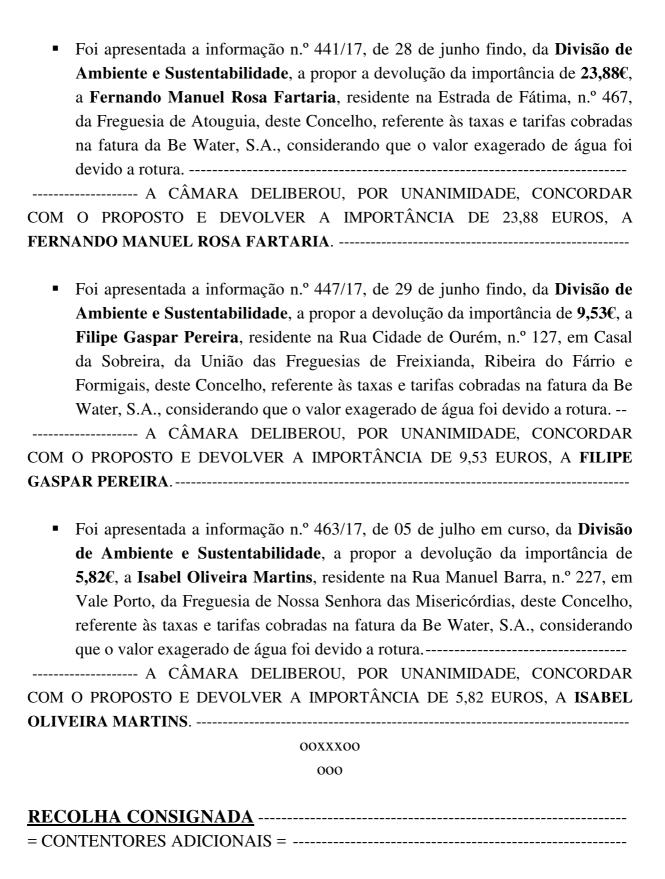
Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, a propor, por motivos que especifica, a anulação das dívidas acumuladas e a denúncia dos contratos dos munícipes que identifica em tabela anexa à presente informação. ------

■ Foi apresentada a informação n.º 421/17, de 23 de junho findo, da **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, a propor a anulação das parcelas relativas ao saneamento, na faturação de **Abílio Marques Costa**, residente na Rua Nabão

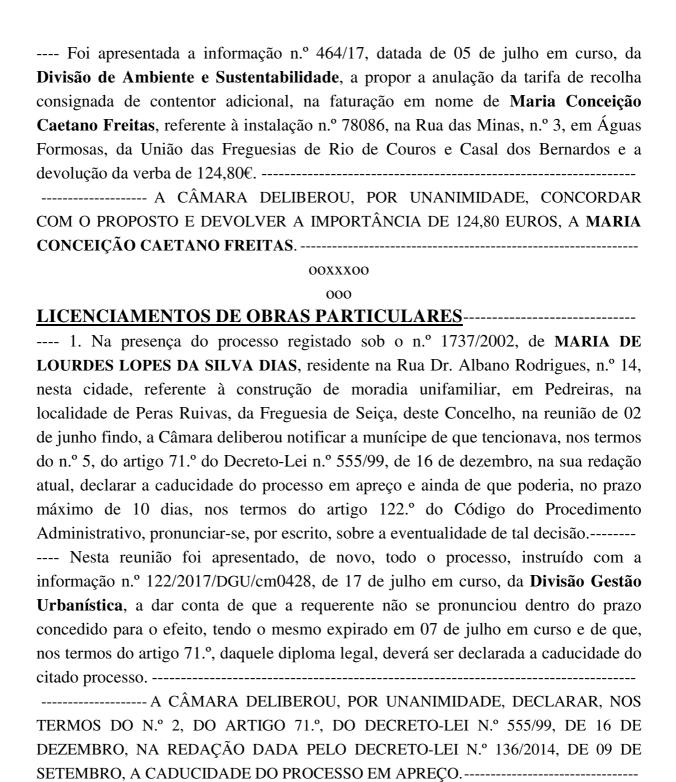




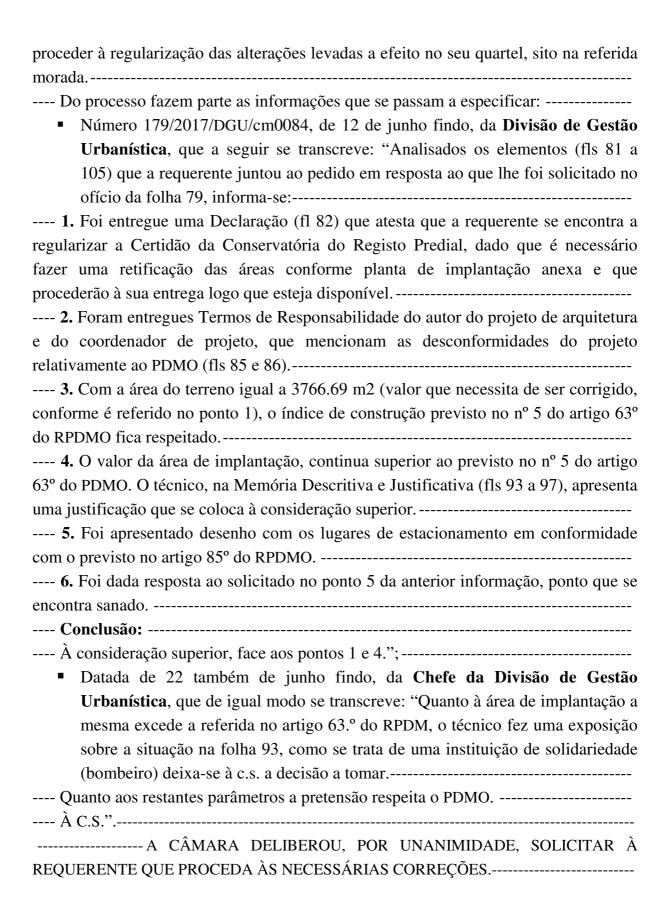








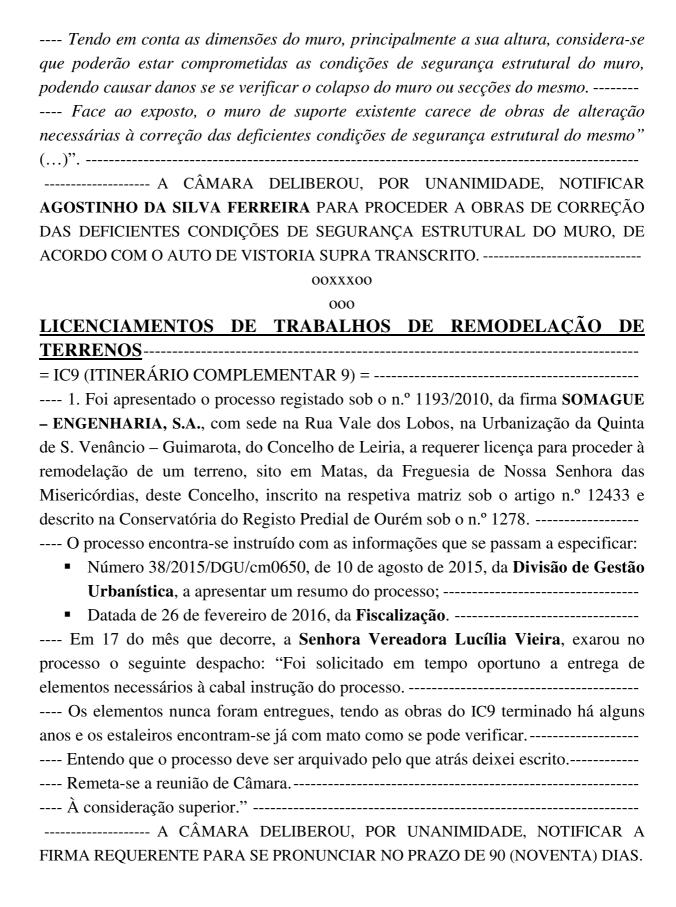
---- 2. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 357/2016, da ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OURÉM, com sede na Avenida D. Nuno Álvares Pereira, n.º 273, nesta cidade, a solicitar licença para



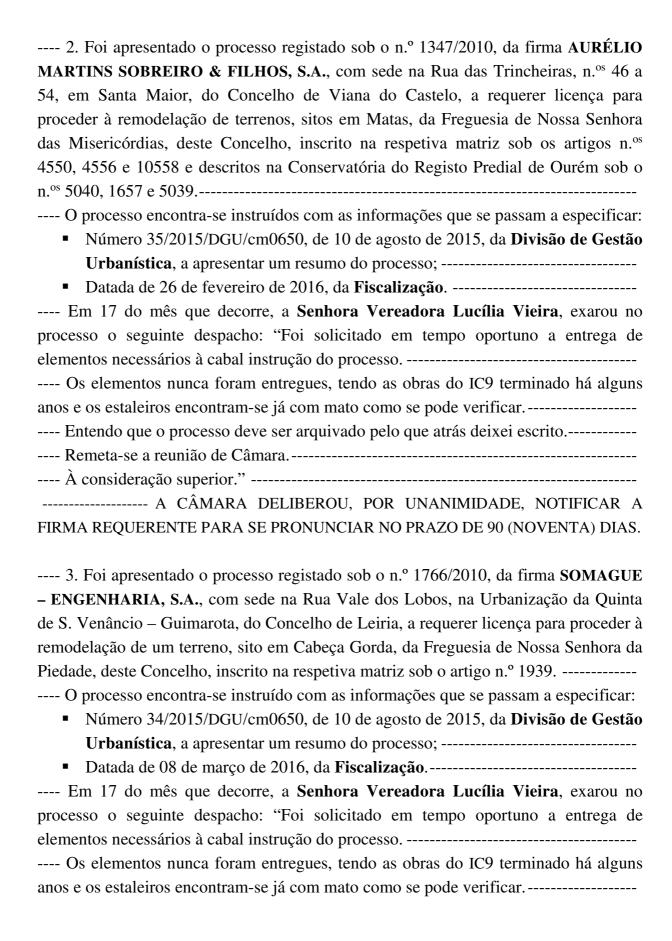


---- Aquando da discussão e votação do assunto supra indicado, o **Senhor Vereador Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque** ausentou-se da sala, por pertencer aos órgãos sociais da **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém**. -----

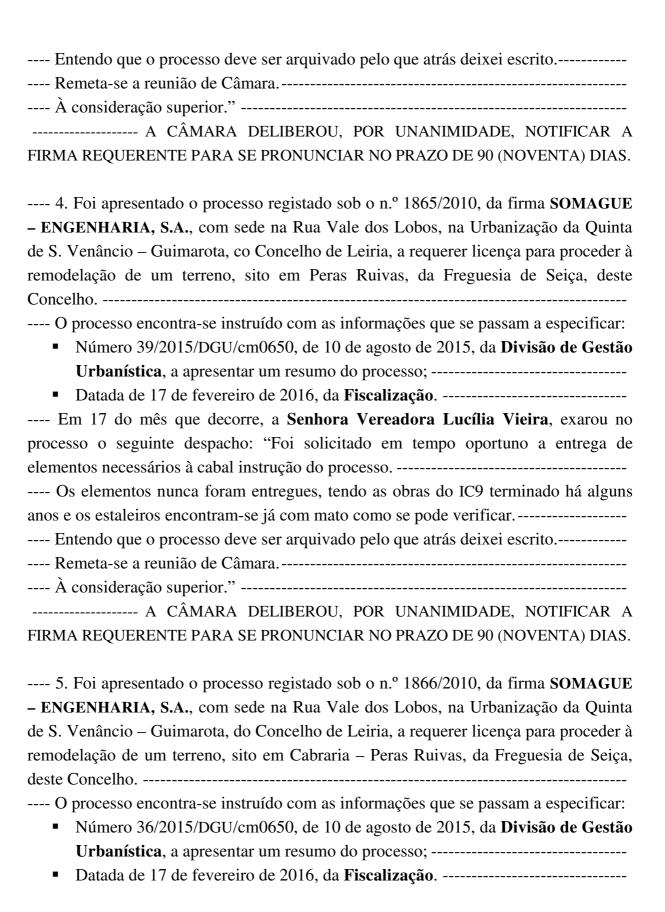
---- 3. Relativamente ao processo registado sob o n.º 235/2016 (legalização de um muro de vedação e de contenção, sito na Travessa do Vale da Calçada, em Calçada -Gondemaria, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste Concelho), de que é titular AGOSTINHO DA SILVA FERREIRA, residente em 10 Rue des Prés Sant Martim 77340 – Pontault Combault, em França, na reunião de 03 de março último, a Câmara deliberou proceder a vistoria ao muro em questão. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com o Auto de Vistoria n.º 9/2017, datado de 03 de abril último, que refere designadamente o seguinte: "(...) "Foi efetuada vistoria a um muro de suporte existente, confinante com a Travessa do Vale da Calçada. --------- No local está construído um muro em blocos de cimento, numa extensão aproximada de 35,00 metros. O muro tem uma altura variável entre 4,00 m e 2,00 m.----- As dimensões do muro existente estão de acordo com as dimensões apresentadas nas peças desenhadas do projeto constante no processo n.º 235/2016, apresentado pelo Sr. Agostinho da Silva Ferreira, referente ao pedido de licenciamento para regularização do muro de suporte em apreço. --------- O projeto de estabilidade apresentado refere a execução de cintas de travamento e de fundação com dimensões de 0,30 m por 0,35 m (ver folhas 35 e 36 do processo n.º 235/2016). No local, não são visíveis os elementos estruturais referidos, uma vez que o muro está executado apenas com blocos de cimento e apenas são visíveis os pilares. ------ Não é possível avaliar as dimensões das fundações do muro, uma vez que são apenas visíveis os pilares (face exterior) do muro. ---------- O muro apresenta deformações significativas e perda de verticalidade dos panos *de alvenaria de blocos (ver fotos 2 a 10).* --------- Para além do referido, são visíveis fissuras transversais e descolamento dos blocos de alvenaria (ver fotos 5, 6, 7 8 e 9). Alguns dos drenos do muro estão entupidos com vegetação (ver fotos 3, 5 e 6).--------- As partes visíveis da execução do muro não estão de acordo com o projecto apresentado, no que se refere aos elementos estruturais referidos. ---------- As anomalias referidas (deformações e fendilhações), poderão agravar-se com o tempo e ação das águas das chuvas, pressões do terreno, assentamentos das fundações e outros fatores imponderáveis. -----



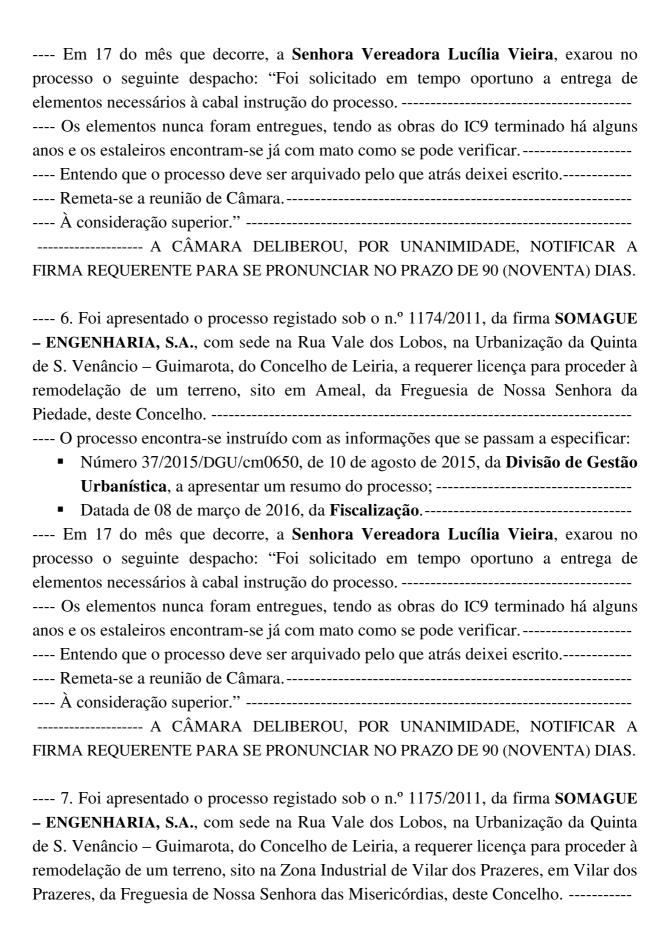




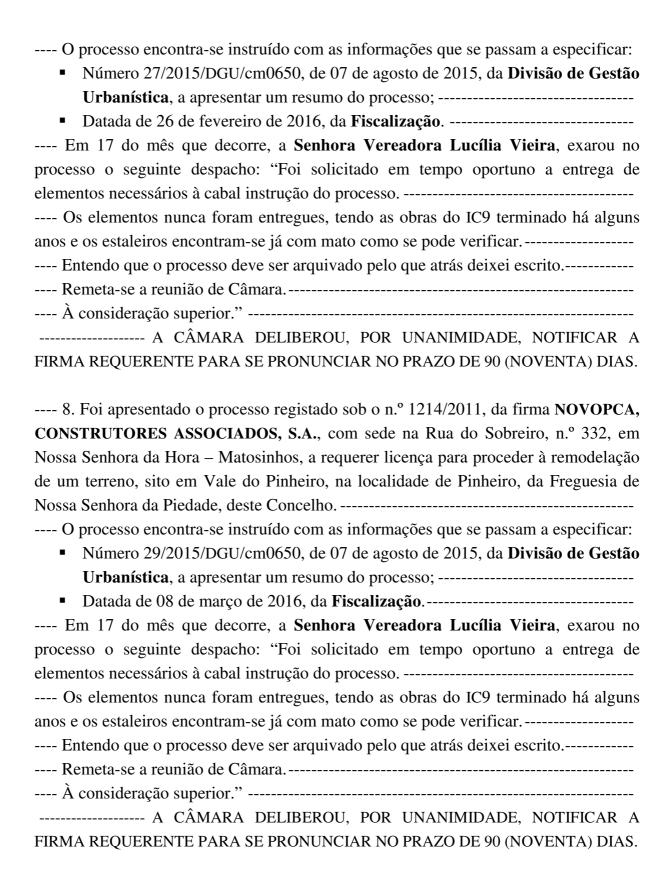




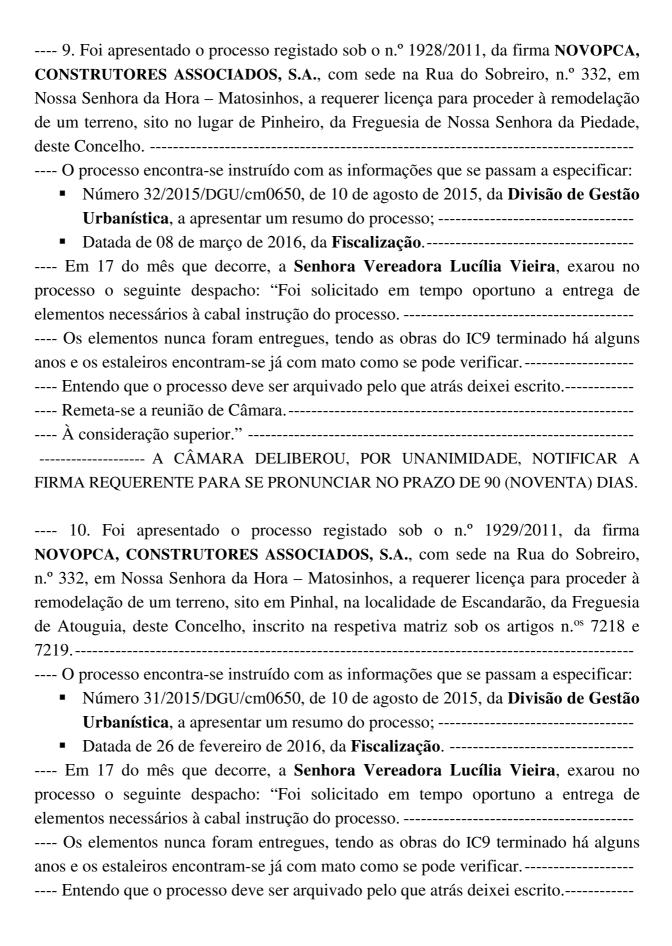




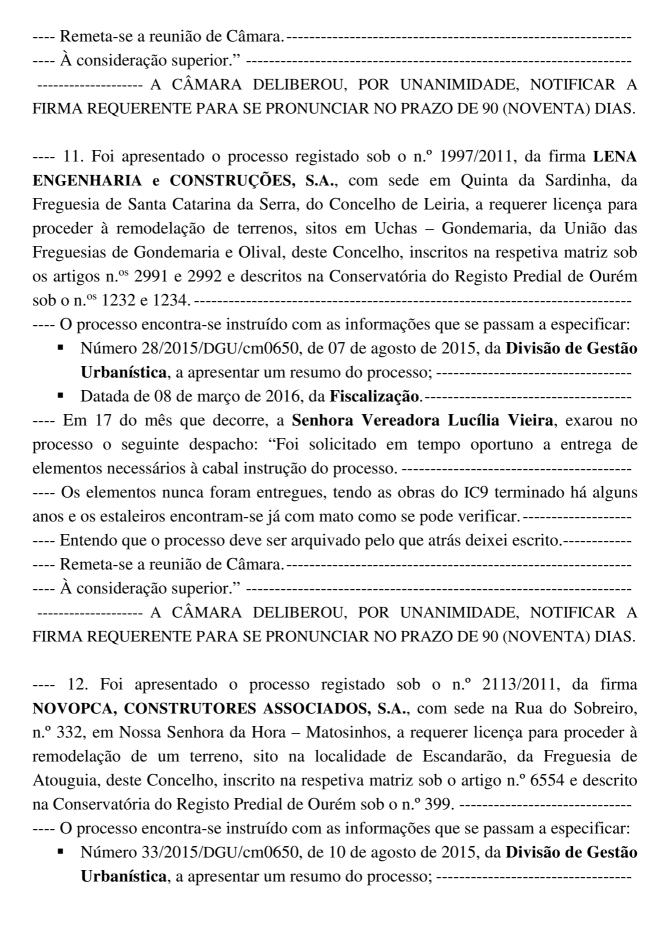


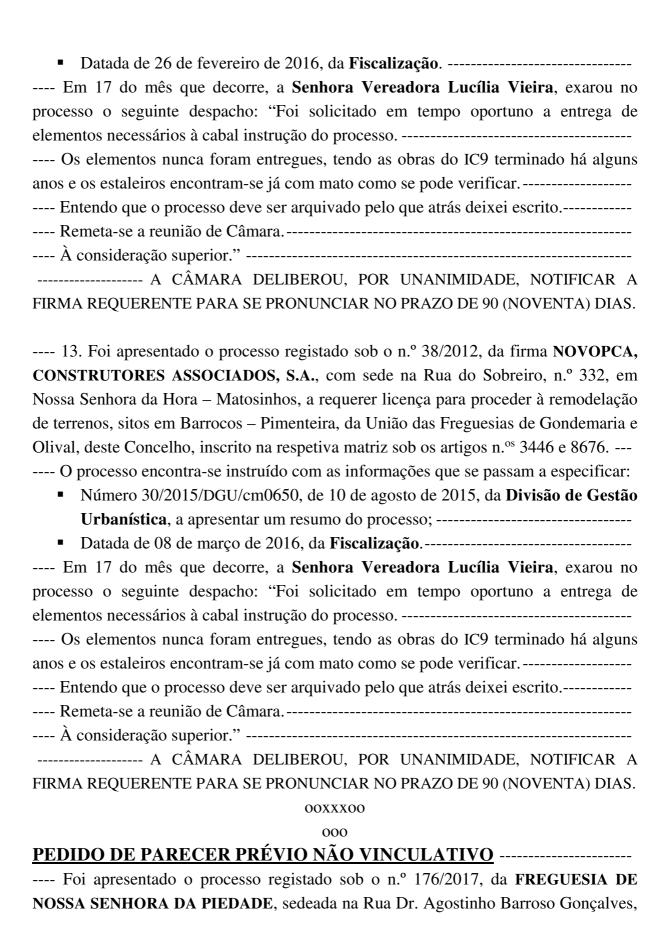




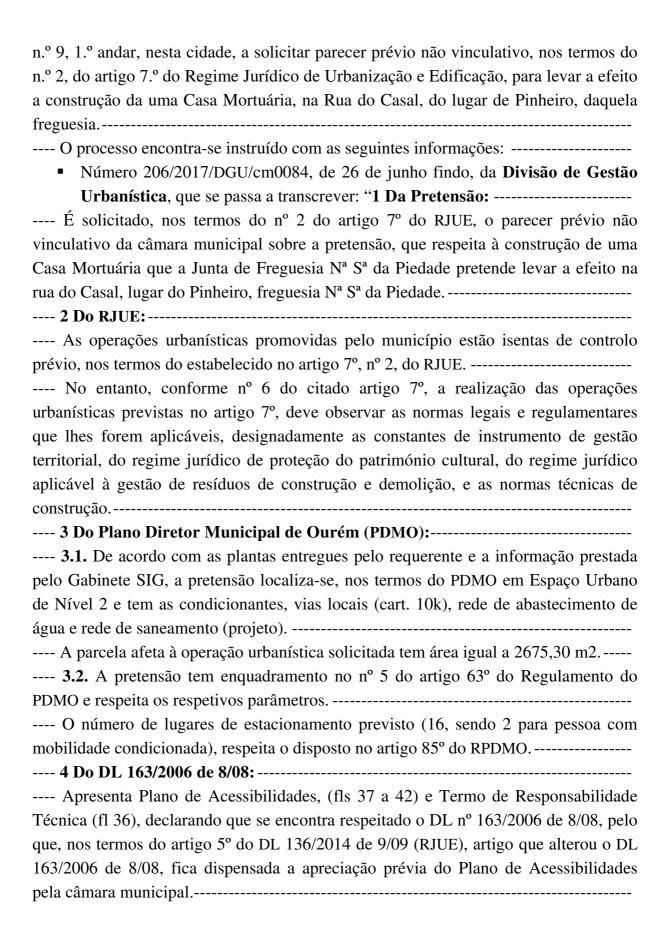












5 Dos Projetos das Especialidades:
5.1. São apresentados os seguintes projetos de especialidades acompanhados de
Termo de Responsabilidade, conforme previsto nos nos 4 e 8 do artigo 20º do RJUE:
Projeto SCIE (fls 47 a 57);
Projeto de Estabilidade (fls 58 a 71);
Projeto da rede de abastecimento de água, com parecer favorável da Be water (fls
72 a 85;
Projeto da rede de Esgotos (fls 86 a 95);
Projeto da rede de Águas Pluviais (fls 72 a 85);
Projeto de Arranjos Exteriores (fls 103 a 106)
Apresenta Plano de Segurança e Saúde (fls 112 a 147)
5.2. Não apresenta os seguintes elementos:
a) Parecer da EDP sobre a viabilidade de alimentação de energia elétrica em baixa
tensão
b) Solicita a dispensa da entrega de algumas especialidades, apresentando declaração
de responsabilidade assinada por técnico habilitado para subscrever os projetos a
dispensar, fl 45, que se coloca à consideração superior
c) Não apresenta o Álvará de Construção, Seguro de acidente de trabalho e Termo de Responsabilidade do empreiteiro, declarando na folha 107, que a obra ainda não foi
adjudicada
d) Não é apresentado Livro de Obra com Termo de abertura preenchido
6 Conclusão:
A pretensão respeita o PDMO
À consideração superior o exposto no ponto 5.2.";
 Datada de 12 do mês em curso, da Chefe da Divisão de Gestão Urbanística,
que de igual modo se transcreve: "Quanto ao ponto 5.2 alínea a) foi apresentada viabilidade por parte da EDP, não se vendo inconveniente na pretensão
Trata-se de um processo da Junta de Freguesia de N. S ^a . Piedade
O requerente não entregou elementos das alíneas c) e d) do ponto 5.2. porque a
obra ainda não foi adjudicada
Face ao exposto no ponto 2 do artigo 7.º do RJUE o processo deve ser remetido a
Reunião de Câmara para emitir parecer prévio não vinculativo
À C.S."
A C.S A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, EMITIR PARECER
FAVORÁVEL NOS TERMOS DAS INFORMAÇÕES SUPRA TRANSCRITAS

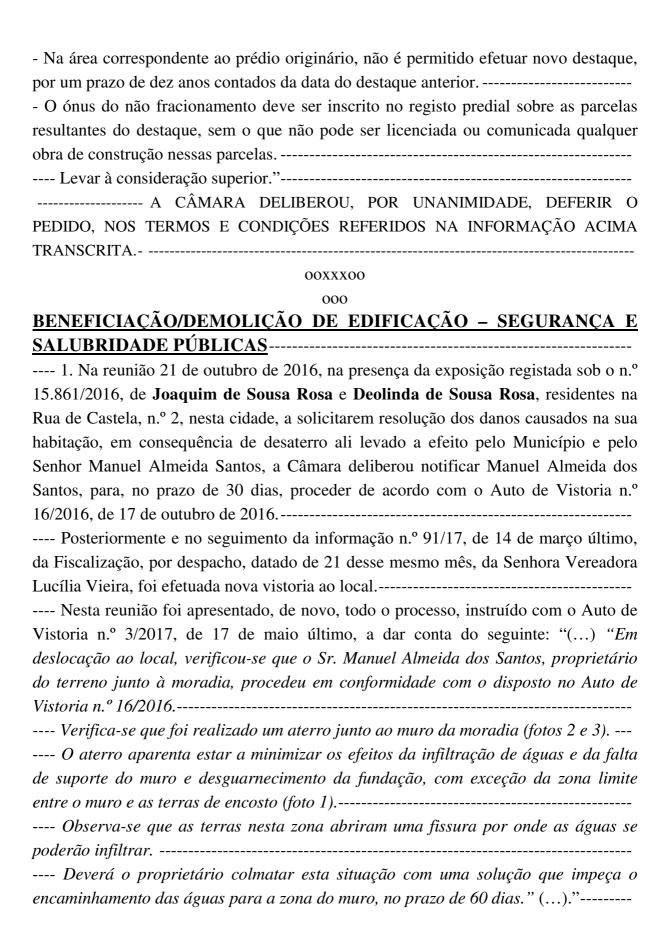


ooxxxoo

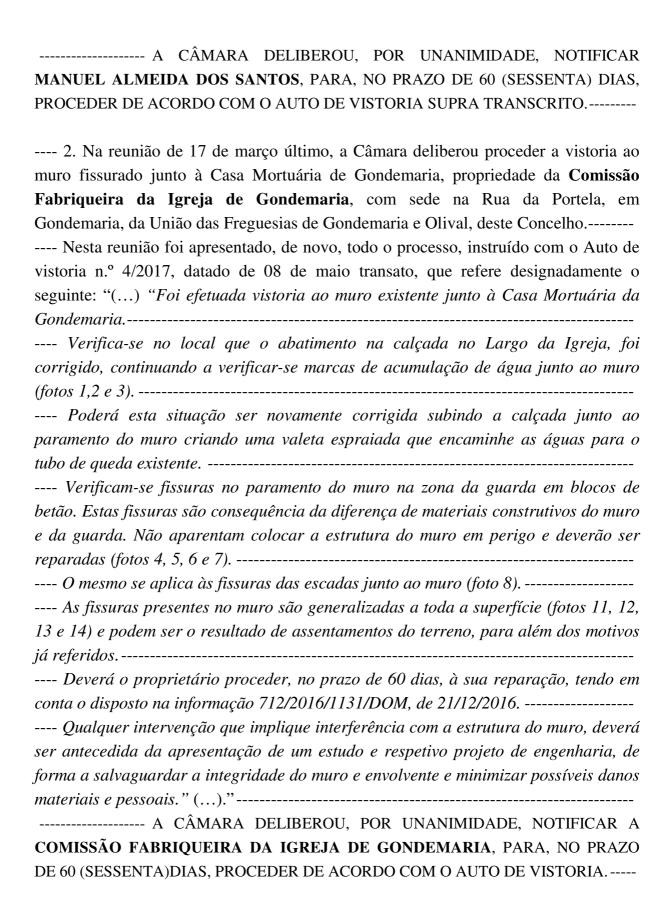
000

<u>PEDIDO DE DESTAQUE</u>
Foi apresentado o processo registado sob o n.º 98/2017, da firma CAVES DE
OURÉM DE FERNANDO RODRIGUES, Limitada, com sede na Rua 5 de Outubro,
n.º 1, nesta cidade, a solicitar, que do prédio urbano, sito na Rua 25 de Abril, também
nesta cidade, descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 2709.
seja destacada uma parcela de terreno, com a área de 1147,70 m², ficando a confrontar
a norte com Rua 5 de Outubro, Fernando dos Reis Rodrigues e Fernando Rodrigues,
Limitada, a sul com serventia pública, a nascente com Caves de Ourém de Fernando
Rodrigues, Limitada e a poente com herdeiros de José dos Reis Rodrigues e Batista e
Graça, Limitada
O processo encontra-se instruído, com a informação n.º 100/17/DGU/cm0674, de
28 de junho findo, da Divisão de Gestão Urbanística, que a seguir se reproduz na
íntegra: "O pedido é relativo a um destaque, dentro do perímetro urbano, da qual
resultam duas parcelas:
- parcela a destacar: 1147,70 m2
- parcela sobrante: 1452,50 m2
Analisada a pretensão, informa-se:
1. Da localização:
1.1. De acordo com as plantas entregues pelo requerente e a informação prestada
pelo gabinete SIG, nos termos do PDMO, a pretensão localiza-se em espaço urbano de
nível 1
1.2. As condicionantes da parcela, referidas na informação prestada pelo Gabinete
SIG, não prejudicam a operação de destaque em causa
2. Do DL 555/99, de 16/12 (RJUE):
2.1. Do observado no local (ver informação da fiscalização, fl.37), as aberturas
existentes nas fachadas laterais, coincidentes com os limites das parcelas, resultantes
da operação de destaque, não constituem vãos nos termos do RGEU e PDMO
2.2. Face à informação prestada pelo gabinete SIG, e de acordo com a planta (fl.25
e fl.26), a operação de destaque enquadra-se no nº 4 do artigo 6º do RJUE, dado que as
duas parcelas, resultantes do destaque, confrontam com arruamento público
Conclusão:
Face ao exposto, nos termos do n.º 4 do artigo 6º do RJUE, não se vê inconveniente
no pedido, nas condições referidas no n.º 6 e n.º 7 do artigo 6º do RJUE.

designadamente: -----









ooxxxoo

000

TARIFA DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS
= PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE TARIFA SOCIAL =
Na reunião de 01 de abril de 2014, a Câmara deliberou informar Maria da
Conceição Pereira, residente na Rua da Fonte, n.º 12, em Casal Menino, da União das
Freguesias de Matas e Cercal, deste Concelho, de que tencionava indeferir o pedido de
atribuição de tarifa social para pagamento da tarifa de RSU's e ainda de que poderia,
no prazo máximo de 10 dias, nos termos dos artigos 100.º e seguintes do então Código
do Procedimento Administrativo, pronunciar-se sobre a eventualidade de tal decisão
Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, acompanhado da
informação n.º 55/17, de 30 de janeiro transato, da Chefe da Divisão de Educação e
Assuntos Sociais
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INDEFERIR O
PEDIDO
ooxxxoo
000
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR
= 1.° CICLO DO ENSINO BÁSICO – 2017/2018 =
Sobre o assunto indicado em epígrafe, foi apreciada a informação n.º 85/17, de 21
de fevereiro transato, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais, que a seguir se
reproduz na íntegra: "Como é do conhecimento de Vª. Ex.ª desde o ano letivo
2005/2006 foi proposto pelo Ministério da Educação e implementado pelo Município
o programa de generalização do ensino do Inglês do 1º CEB. No primeiro ano, foram
proporcionadas aos alunos dos 3.º e 4.º anos as aulas de Ensino do Inglês, alargando-se
essas atividades, nos dois anos seguintes a outras áreas propostas (Ensino da Música e
Atividade Física e Desportiva e a áreas alternativas possíveis como a Expressão
Plástica e o Movimento e Drama), sempre em articulação estreita com os
agrupamentos de escolas e com outras entidades prestadoras de serviços
A partir do ano letivo de 2008/2009 e até ao ano letivo 2012/13, as aulas incluíram
a obrigatoriedade de Ensino de Inglês também para os 1.º e 2.º anos de escolaridade e,
neste Município, foi introduzida a atividade de Animação Sócio-cultural, de forma a
preencher duas horas semanais disponíveis, pelo facto de, em todas as outras
atividades, ter sido reduzido o horário de 135 minutos para 90 minutos semanais,

passando-se a designar-se Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC'S). ------



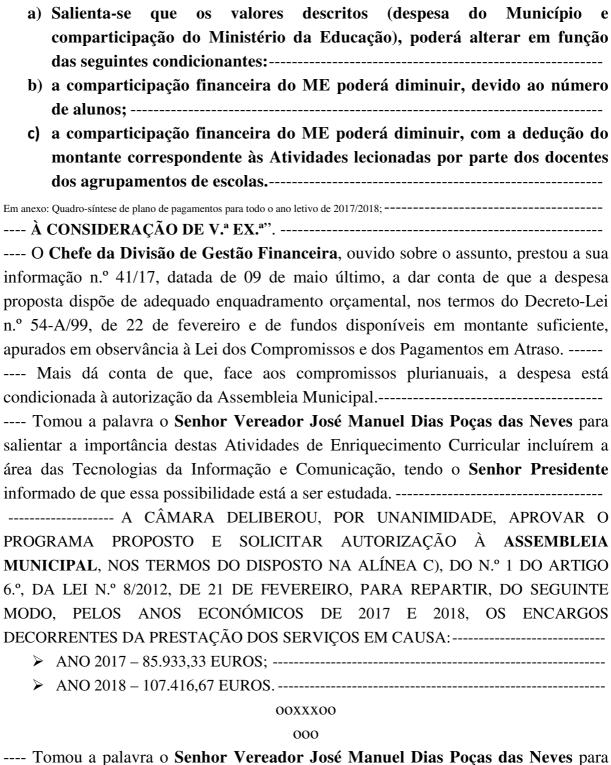
---- Considerando as alterações ocorridas ao Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho pelos: Despacho normativo n.º 7/2013, de 11 de junho, Despacho normativo n.º 7-A/2013, de 10 de julho, Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, verificaram-se algumas inovações: as AEC's, no caso de promoção por entidade exterior à escola não poderão exceder, em regra, 5 horas por semana; o valor máximo da comparticipação financeira anual é de 150,00€; quando o agrupamento de escolas dispuser de recursos docentes de quadro para realização de uma ou mais AEC's, estes serão obrigatoriamente afetos às AEC's das entidades promotoras, mediante protocolo e com a entidade promotora, havendo lugar à devolução do montante correspondente, à disponibilização dos referidos recursos humanos no valor a transferir para a entidade promotora em termos a contar do respetivo contrato-programa. --------- Auscultados os Agrupamentos de Escolas, sobre as alterações legislativas para o ano letivo 2013/2014, todos foram favoráveis à implementação das AEC's na tipologia prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 10º do Despacho n.º 9 265-B/2013, de 15 de julho, ou seja, a Câmara Municipal é a entidade promotora e, por força do nº 3 deste art.º, com recurso a docentes do próprio Agrupamento; quanto à distribuição de minutos/atividades: o Agrupamento de Escolas de Ourém optou por 120 minutos de Atividades Físicas e Desportivas, 60 minutos de Animação Sócio-Cultural, 60 minutos do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa e 60 minutos do ensino/aprendizagem da música; os agrupamentos de Escolas de Ourém e Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão optaram por 60 minutos de Atividades Físicas e Desportivas, 60 minutos de Animação Sócio-Cultural, 90 minutos do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa e 90 minutos do ensino/aprendizagem da música.--------- De acordo com o disposto com o decreto-lei n.º 176/2014 de 12 de dezembro, "a disciplina de Inglês inicia-se, obrigatoriamente, no 3° ano de escolaridade" (...) "a partir do ano letivo 2015/16" (...) "e a partir do ano letivo de 2016-2017, no que respeita ao ano 4.º ano de escolaridade do ensino básico"... ---------- Considerando as alterações ocorridas nos anos letivos 2015/2016 e 2016/2017, nomeadamente a obrigatoriedade da disciplina do Inglês, para o 3º ano e 4.º ano, sugere-se que se programe o próximo ano letivo à semelhança do ano anterior, isto é, envolvendo as seguintes entidades para o ano letivo 2017/2018: -----

Entidade	NIPC
Município de Ourém	501280740
Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão	600079163
Agrupamento de Escolas de Ourém	600082881



Agrupamento de Escolas Conde de Ourém	600042693
INSIGNARE - Associação de Ensino e Formação	502964685
Ourearte - Escola de Música e Artes de Ourém	506518604
Associação - Conservatório de Música de Ourém - Fátima	506217531

Actividade	Valores
Ensino do Inglês (60 minutos/semana)	700,00€
Ensino do Inglês (120 minutos/semana)	1.400,00 €
Atividade Física e Desportiva (60 minutos/semana)	700,00 €
Atividade Física e Desportiva (120 minutos/semana)	1.400,00 €
Ensino da Música (60 minutos/semana)	700,00 €
Animação Sócio-cultural (60 minutos/semana)	450,00 €
Animação Sócio-cultural (90 minutos/semana)	900,00€



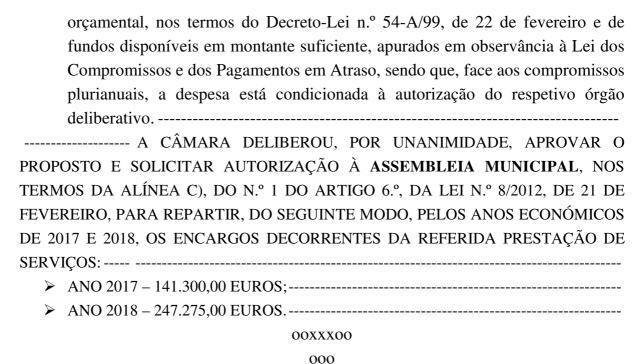
referir que, no âmbito dos assuntos a seguir apreciados (Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar, Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Transportes escolares), para o ano letivo 2017/2018, não é possível, nesta fase, fazer



			OOX	XXOO		
			00	00		
PRO	GRAMA	DE	EXPANSÃO	E	DESENVOLVIMENTO	DA
= AN0	O LETIVO 2	2017/20	018 =			
Fo	oi apresentac	da a inf	ormação n.º 86/17	7, de 2	1 de fevereiro último, da Divis	ão de
Educa	ıção e Assu	ntos So	ociais, a propor, p	ara o a	ano letivo 2017/2018, a transfer	rência
da ve	erba de 38	8.575,0	0€, referente ao	forne	ecimento de refeições escola	res e
_	-		_	_	toras dos citados serviços, conf	
tabela	que anexa					
Do	o processo fa	azem pa	arte as seguintes ir	nforma	ções:	
•	Datada de	16 de n	narço transato, da	Chefe	da Divisão e Educação e Ass	untos
	Sociais, qu	e se pas	sa a transcrever: '	'À Div	isão de Gestão Financeira para	a:
					e 141.300,00€ para o ano civil 2	
			-	_	acho superior com vista à aprec	
					ignadamente:	
A.					s de cooperação celebrados co	
		-		_	ano letivo 2017-2018, ao abrig	_
					le Setembro de 2017;	
В.	-		_		escolares e serviço de prolongar	
					Apoio à Família), bem con	
	-				a estimativa proposta, no valor	
			_		2017/2018, sendo que o valo	
					tembro a dezembro de 2017 e o	
					e janeiro a julho de 2018, cont	
C	_		_	_	SSO;	
C.	-				automáticas para as Institu tembro 2017 a julho 2018, de a	
	_				2017 a junio 2018, de a	
	COIII OS IIIC	mames	Tereffues ha tabel	ıa. ,		

Datada de 14 de julho em curso, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta de que a despesa proposta dispõe de adequado enquadramento





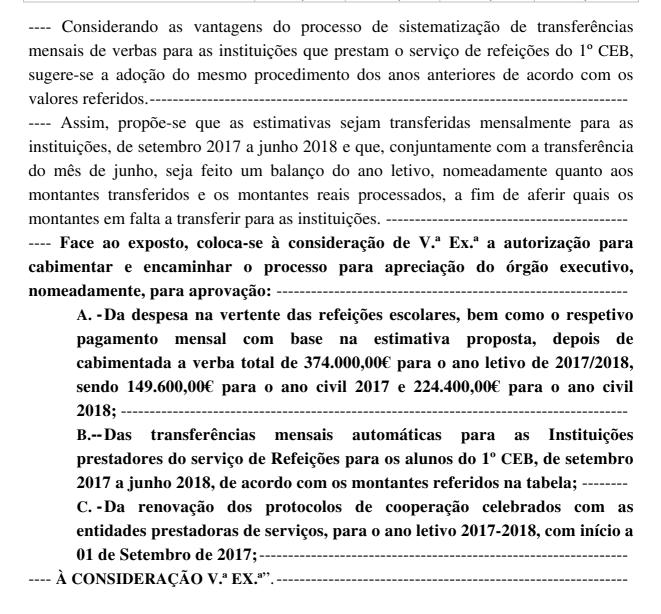
PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO ------

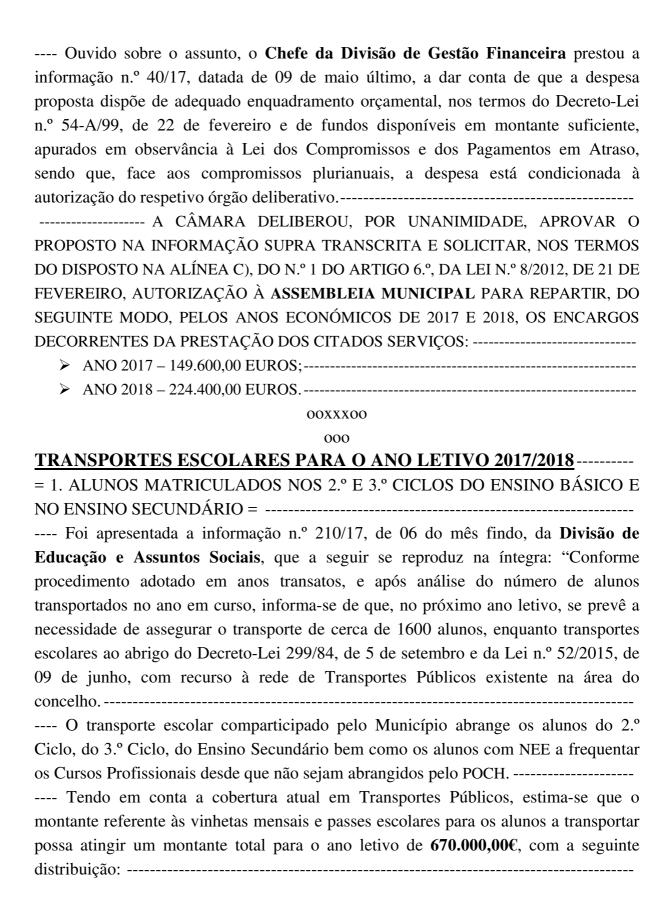
= ANO LETIVO 2017/2018 = ------

---- Sobre o assunto acima referenciado, foi apreciada a informação n.º 89/17, de 21 de fevereiro transato, da **Divisão de Educação e Assuntos Sociais**, que se passa a transcrever: "Analisados os dados referentes ao Programa de generalização das refeições escolares do 1º CEB do presente ano letivo, estima-se que o custo com as refeições, para o ano lectivo 2017/2018, atinja um montante de 374.000,00€, sendo 149.600,00€ para o ano civil de 2017 e 224.400,00 € para 2018, conforme valores apresentados no seguinte quadro:------

Entidade Gestora	Valor mensal a transferir para a instituição	Valor estimado a transferir de setembro a dezembro 2017	Valor estimado a transferir de janeiro a junho 2018	Valor estimado a transferir ano letivo 2017_18
Assoc. Centro Dia Freguesia de Fátima	1 800,00 €	7 200,00 €	10 800,00 €	18 000,00 €
Assoc. de Pais de Urqueira Norte	900,00€	3 600,00 €	5 400,00 €	9 000,00 €
Centro Social de Casal dos Bernardos	700,00 €	2 800,00 €	4 200,00 €	7 000,00 €
Assoc. de Pais de Rio de Couros	750,00 €	3 000,00 €	4 500,00 €	7 500,00 €
APAJE Fátima	11 750,00 €	47 000,00 €	70 500,00 €	117 500,00 €
APDAF	4 000,00 €	16 000,00€	24 000,00 €	40 000,00 €
Centro de Apoio Social do Olival	1 750,00 €	7 000,00 €	10 500,00 €	17 500,00 €
Centro de Bem-Estar do Bairro	850,00 €	3 400,00 €	5 100,00 €	8 500,00 €
Centro da 3ª Idade de Gondemaria	1 000,00 €	4 000,00 €	6 000,00 €	10 000,00 €
Centro Des.Soc.e Cul. Cercal, Vales e Ninho	700,00 €	2 800,00 €	4 200,00 €	7 000,00 €

Cantas Carial Dan da Francia da Atamania	1 950 00 0	7 400 00 0	11 100 00 0	19 500 00 0
Centro Social Par. da Freg. de Atouguia	1 850,00 €	7 400,00 €	11 100,00 €	18 500,00 €
Centro S.P. Espirito Santo-Lagoa do				
Furadouro	2 000,00 €	8 000,00 €	12 000,00 €	20 000,00 €
Centro Social P. S. João Baptista de Espite	600,00 €	2 400,00 €	3 600,00 €	6 000,00 €
Jardim Infantil de Ourém	4 250,00 €	17 000,00 €	25 500,00 €	42 500,00 €
Centro Social das Matas	500,00 €	2 000,00 €	3 000,00 €	5 000,00 €
Associação Cultural e Recreativa de Alburitel	1 500,00 €	6 000,00€	9 000,00 €	15 000,00 €
Obra Nossa Senhora da purificação	750,00 €	3 000,00 €	4 500,00 €	7 500,00 €
Agrup. de Escolas de Ourém (EB 2° e 3°				
Ciclos de Freixianda)	1 750,00 €	7 000,00 €	10 500,00 €	17 500,00 €
	37 400,00 €	149 600,00 €	224 400,00 €	374 000,00 €



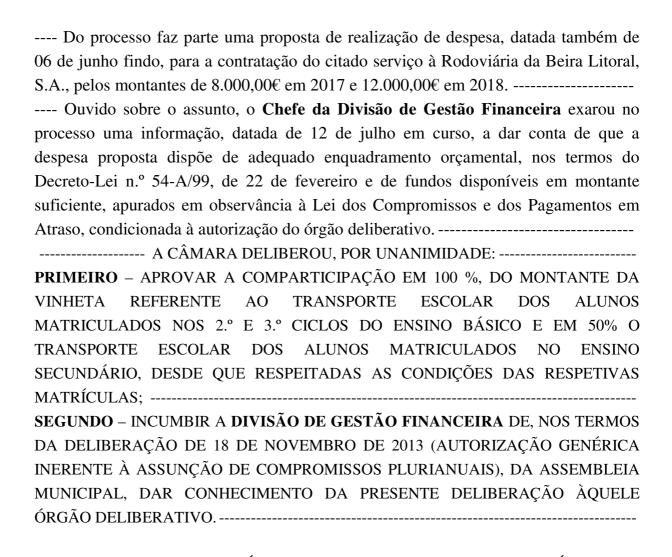


Entidade prestadora	Descrição	Valor estimado de custo mensal para Município	Montante despesas 2017	Montante despesas 2018	Montante total despesas para o ano letivo 2017- 2018
Rodoviária do Tejo	Comparticipação: 100% alunos 2.ºCEB, 100% alunos 3.º CEB 50% alunos Ensino Secundário 100% alunos com NEE do Ensino Secundário e Profissional, desde que não abrangidos pelo POCH	65.000,00€	260.000,00€	390.000,00 €	650.000,00 €
Rodoviária da Beira Litoral	Comparticipação: 100% alunos 2.ºCEB, 100% alunos 3.º CEB 50% alunos Ensino Secundário 100% alunos com NEE do Ensino Secundário e Profissional, desde que não abrangidos pelo POCH	2.000,00€	8.000,00€	12.000,00 €	20.000,00 €
Montante despesas ano	letivo 2017-2018		268.000,00€	402.000,00€	670.000,00 €

---- No que se refere ao montante dos passes escolares, a autarquia será posteriormente ressarcida pelos alunos, através do estabelecimento de ensino. --------- Face ao exposto, propõe-se que sejam cabimentados os montantes referentes às comparticipações financeiras nas vinhetas de transportes escolares para os alunos dos 2.°, 3.° Ciclos e Ensino Secundário sendo o valor previsto para o ano civil de 2017 de 268.000,00€ (com IVA) e para o ano civil 2018 de 402.000,00€ (com IVA), --------- Propõe-se ainda que, efetuado o cabimento, este processo seja encaminhado para análise e aprovação par parte do executivo camarário quanto aos seguintes pontos: -----1. Aprovação da comparticipação em 100% do montante da vinheta de transporte escolar para os alunos dos 2.º ciclo e 3.º ciclos do Ensino Básico, desde que respeitadas as condições de matrículas;-----2. Aprovação da comparticipação em 50% do montante da vinheta de transporte escolar para os alunos do Ensino Secundário, desde que respeitadas as condições de matrículas; -----3. Aprovação da comparticipação em 100% do montante da vinheta de transporte escolar para os alunos com NEE do Ensino Secundário e do Ensino Profissional não abrangidos pelo POCH, desde que respeitadas as condições de matrículas;-----4. Aprovação das despesas inerentes aos transportes escolares dos alunos do Concelho de Ourém (2,3 ciclos e secundário), para o ano letivo 2017-2018, no valor de 268.000,00€ (com IVA) para o ano civil de 2017 e 402.000,00€ (com IVA) para o ano civil 2018, -----

---- À Consideração de V.ª Ex.ª". -----





---- Para além das situações atrás identificadas, poderá ainda existir em setembro a necessidade de implementar transportes alternativos para os alunos que estejam matriculados em estabelecimentos de ensino e cuja deslocação entre a respetiva

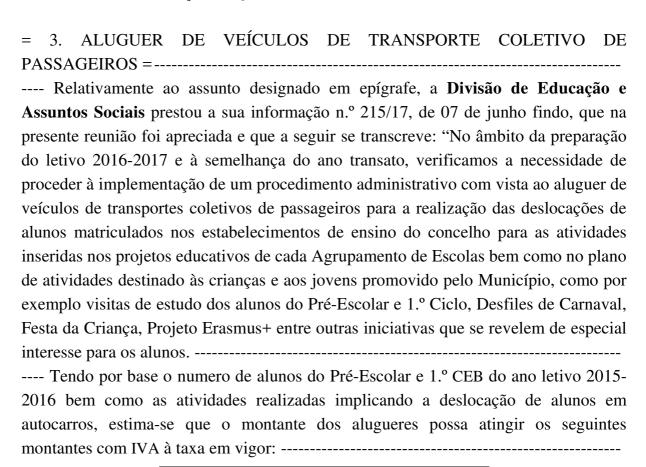


2017	2018	
Montante	Montante	
despesas	despesas	Montante Total
4.000,00 €	9.000,00€	13.000,00 €

---- Face ao exposto, propõe-se que sejam tomadas as diligências necessárias afim de que seja autorizada, pelo executivo municipal, a despesa referente à implementação de circuitos especiais de alugueres de táxis para reforço da rede de transportes escolares para o ano letivo 2017-2018, sendo o valor previsto para o ano civil de 2017 de 4.000,00 € (com IVA) e para o ano civil 2018 de 9.000,00€ (com IVA).--------- À Consideração de V.ª Ex.ª,". ---------- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 12 de julho corrente, a dar conta de que a despesa proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A DESPESA PROPOSTA NA INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS SUPRA TRANSCRITA E INCUMBIR A DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA DE, NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013 (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA INERENTE À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS



PLURIANUAIS), DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DAR CONHECIMENTO DA PRESENTE DELIBERAÇÃO ÀQUELE ÓRGÃO DELIBERATIVO. ------



2016	2017	Montante
Montante	Montante	Total
despesas	despesas	Total
15.000,00 €	15.000,00€	30.000,00€

n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----



------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A DESPESA PROPOSTA NA INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS SUPRA TRANSCRITA E INCUMBIR A **DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA** DE, NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013 (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA INERENTE À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS), DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DAR CONHECIMENTO DA PRESENTE DELIBERAÇÃO ÀQUELE ÓRGÃO DELIBERATIVO. ------

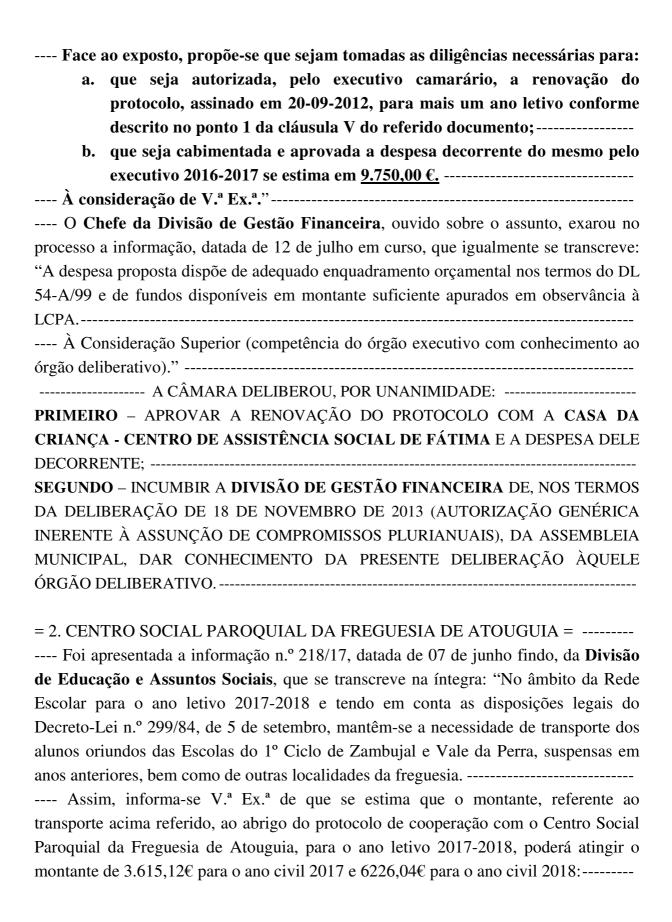
ooxxxoo

000

RENOVAÇÃO DE PROTOCOLOS -----

Mês	Número de crianças transportadas	Valor mensal criança Valor total mês		Valor anual
Setembro	65	15,00€	975,00 €	
Outubro	65	15,00€	975,00 €	2 000 00 <i>C</i>
Novembro	65	15,00€	975,00 €	3.900,00 €
Dezembro	65	15,00€	975,00 €	
Janeiro	65	15,00€	975,00 €	
Fevereiro	65	15,00€	975,00 €	
Março	65	15,00€	975,00 €	5.850,00 €
Abril	65	15,00€	975,00 €	5.050,00 €
Maio	65	15,00 €	975,00 €	
Junho	65 15,00		975,00 €	
	Valor total		9.750,00 €	





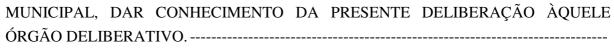


Mês	Dias de aulas	Valor transporte alunos escolas suspensas	Valor vigilante	Valor almoço	Valor total mês	Valor anual
Setembro	15	40,00€	7,21 €	3,00€	753,15 €	
Outubro	21	40,00€	7,21 €	3,00€	1 054,41 €	3 615,12 €
Novembro	21	40,00€	7,21 €	3,00€	1 054,41 €	3 015,12 €
Dezembro	15	40,00€	7,21 €	3,00€	753,15 €	
Janeiro	21	40,00€	7,21 €	3,00€	1 054,41 €	
Fevereiro	20	40,00€	7,21 €	3,00€	1 004,20 €	
Março	21	40,00 €	7,21 €	3,00€	1 054,41 €	6 226 04 C
Abril	20	40,00€	7,21 €	3,00€	1 004,20 €	6 226,04 €
Maio	21	40,00€	7,21 €	3,00€	1 054,41 €	
Junho	21	40,00€	7,21 €	3,00€	1 054,41 €	
Valor di	ário		50,21 €		9 841,16 €	

---- Face ao exposto, propõe-se que se tomem as diligências necessárias para:----a. que seja autorizada, pelo executivo municipal, a renovação do protocolo, assinado em 20-09-2012, para mais um ano letivo conforme descrito no ponto 1 da cláusula V do referido documento;----b. que seja cabimentada e aprovada a despesa decorrente do mesmo pelo executivo camarário bem como efetuado o respetivo compromisso, cujo custo para o ano letivo 2017-2018 se estima em 9.841,16 €.-------- À consideração de V.ª Ex.ª."---------- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, ouvido sobre o assunto, exarou no processo a informação, datada de 12 de julho em curso, que de igual modo se transcreve: "A despesa proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental e de fundos disponíveis em montante suficiente. --------- À Consideração Superior (competência do órgão executivo c/ posterior conhecimento ao órgão deliberativo)." ------------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------PRIMEIRO – APROVAR A RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO COM O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE ATOUGUIA E A DESPESA DELE DECORRENTE; ------SEGUNDO – INCUMBIR A DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA DE, NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013 (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA

INERENTE À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS), DA ASSEMBLEIA





OOXXXOO

000

PROPOSTAS DE PROTOCOLOS -----

= 1. TRANSPORTE DOS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA FREGUESIA DE ESPITE – ANO LETIVO 2017/2018 = -------- Foi apresentada a informação n.º 222/17, datada de 08 de junho findo, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais, que se transcreve na íntegra: "No âmbito da Rede Escolar para o ano letivo 2017-2018 e tendo em conta as disposições legais do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, mantêm-se a necessidade de transporte dos alunos oriundos das Escolas do 1º Ciclo de Cumieira e Carvalhal, suspensas em anos anteriores, bem como de outras localidades da freguesia. Existe ainda a necessidade de garantir o transporte dos alunos do Pré-Escolar das mesmas localidades. ---------- Assim, procedeu-se à elaboração da proposta de nova redação do protocolo de cooperação, de modo a contemplar os quilómetros percorridos face aos alunos a transportar (foram considerados 70 km diários em vez de 50 km).--------- Com base nos quilómetros previstos, estimou-se que o montante, referente ao transporte acima referido, ao abrigo da nova redação do protocolo de cooperação com a Junta de Freguesia de Espite, para o ano letivo 2017-2018, poderá atingir o montante de 3.159,36€ para o ano civil 2017 e 5.441,12€ para o ano civil 2018:-----

Mês	Dias de aulas	Valor transporte alunos escolas suspensas	Valor vigilante	Valor total mês	Valor anual			
Setembro	15	32,90€	10,98 €	658,20 €				
Outubro	21	32,90 €	10,98 €	921,48 €	3 159,36 €			
Novembro	21	32,90€	10,98 €	921,48 €	3 139,30 €			
Dezembro	15	32,90 €	10,98 €	658,20 €				
Janeiro	21	32,90€	10,98 €	921,48 €				
Fevereiro	20	32,90€	10,98 €	877,60 €				
Março	21	32,90€	10,98 €	921,48 €	5 441 10 0			
Abril	20	32,90 €	10,98 €	877,60 €	5 441,12 €			
Maio	21	32,90€	10,98 €	921,48 €				
Junho	21	32,90 €	10,98 €	921,48 €				
Valor diár	io			8 600,48 €				

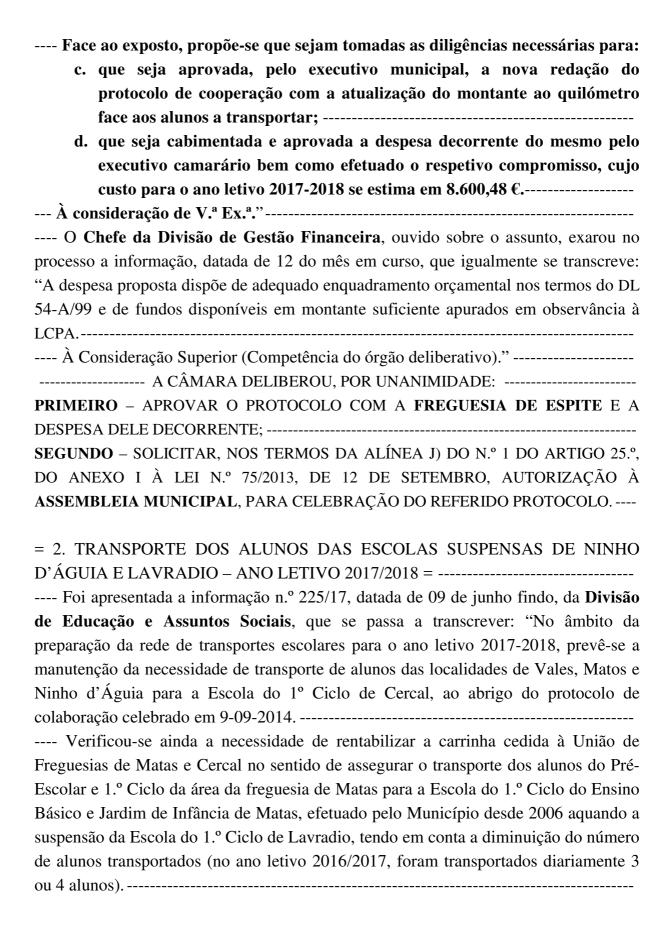
Valor atualizado do km para 2017

Valor atualizado por dia

0.47 €

 $0,47 \in X$ 35,00 por viagem X 2 = 32,90 \in







Mês	Dias de aulas	Valor transporte alunos escolas suspensas	Valor vigilante	Valor total mês	Valor anual
Setembro	15	28,20€	10,98 €	587,70€	
Outubro	21	28,20€	10,98 €	822,78 €	2 920 07 6
Novembro	21	28,20€	10,98 €	822,78 €	2 820,96 €
Dezembro	ezembro 15		10,98 €	587,70€	
Janeiro	21	28,20€	10,98 €	822,78 €	
Fevereiro	20	28,20€	10,98 €	783,60 €	
Março	21	28,20€	10,98 €	822,78 €	4 959 22 C
Abril	20	28,20€	10,98 €	783,60 €	4 858,32 €
Maio 21		28,20€	10,98 €	822,78 €	
Junho	21	28,20€	10,98 €	822,78 €	
Valor diário				7 679,28 €	

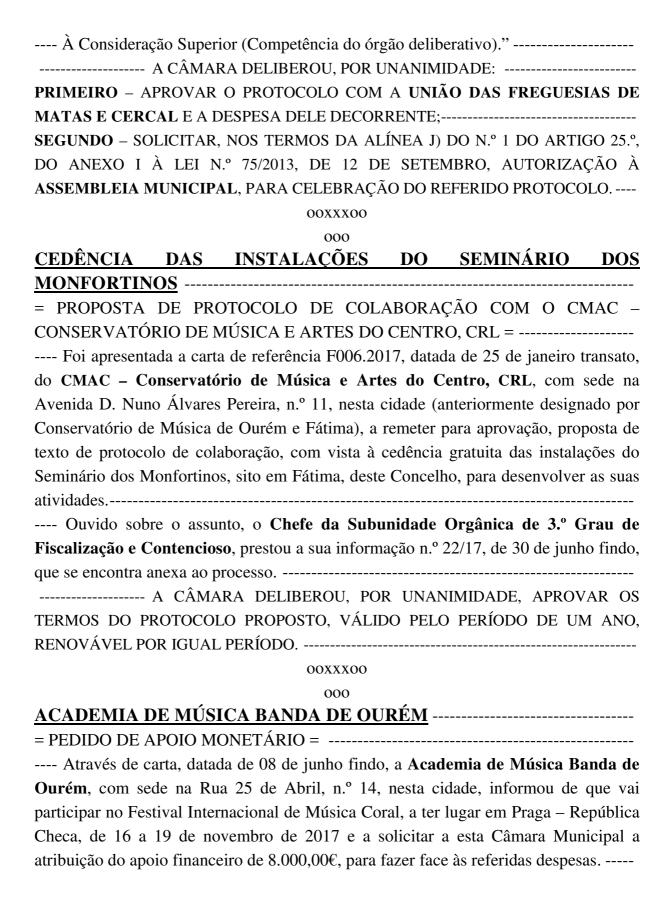
Valor atualizado do km para 2017

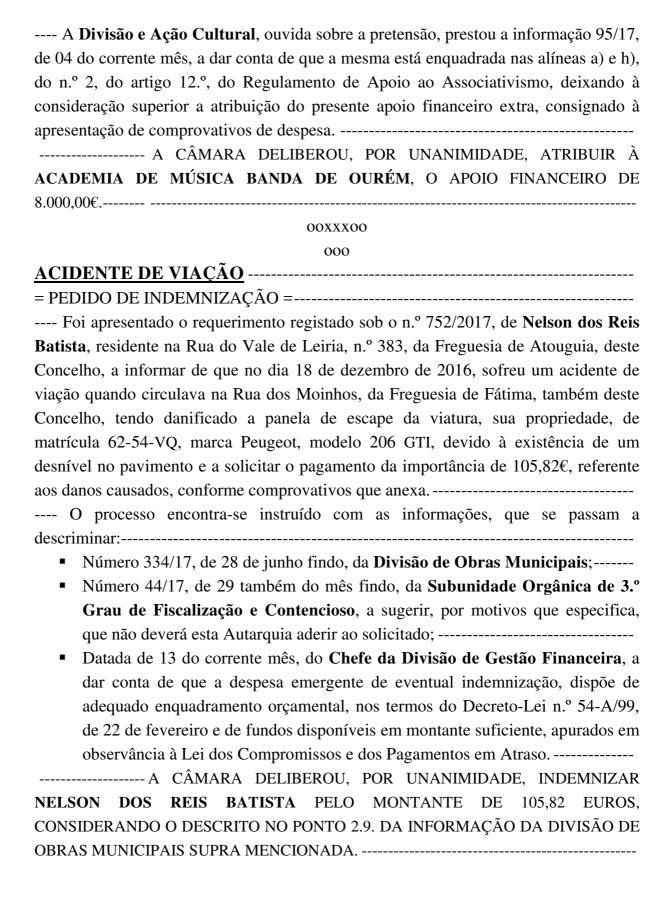
0,47 €

Valor atualizado por dia

 $0,47 \in X$ 30 por viagem X 2 = 28,20 \in

Face ao exposto, propõe-se que sejam tomadas as diligências necessárias para:
a. que seja aprovada, pelo executivo municipal, a nova redação do
protocolo de cooperação com a atualização do montante ao quilómetro
face aos alunos a transportar;
b. que seja cabimentada e aprovada a despesa decorrente do mesmo pelo
executivo camarário bem como efetuado o respetivo compromisso, cujo
custo para o ano letivo 2017-2018 se estima em 7.679,28€
À consideração de V.ª Ex.ª."
O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, ouvido sobre o assunto, exarou no
processo a informação, datada de 12 do mês em curso, que igualmente se transcreve:
"A despesa proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental nos termos do DL
54-A/99 e de fundos disponíveis em montante suficiente apurados em observância à

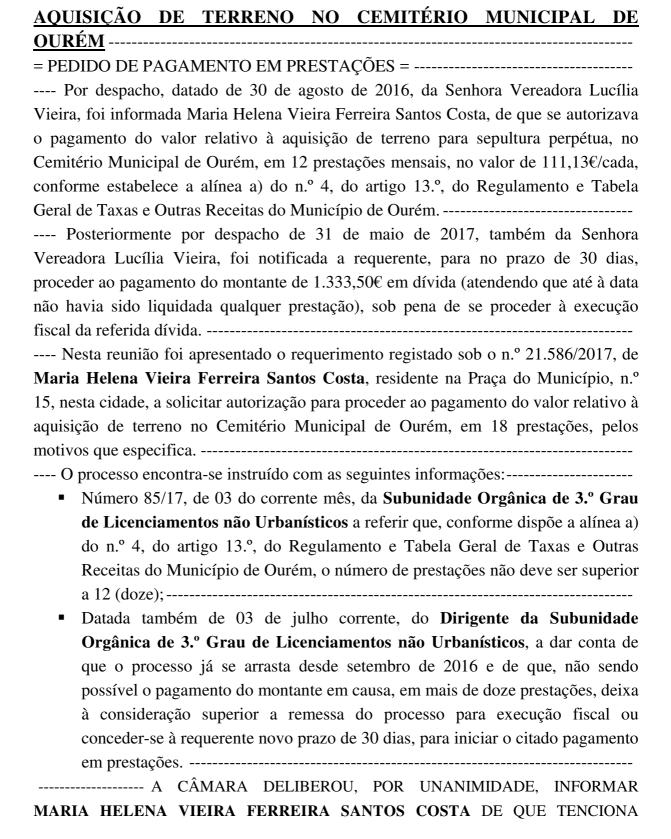






ooxxxoo

000





INDEFERIR A PRETENSÃO, DE CONFORMIDADE COM O ARTIGO 13.º DO REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OURÉM E AINDA DE QUE PODERÁ, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 122.º, DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PRONUNCIAR-SE, POR ESCRITO, SOBRE A EVENTUALIDADE DE TAL DECISÃO. ----ooxxxoo 000 APROVAÇÃO DA ATA ------------ AO ABRIGO DO PRECEITUADO NO N.º 3, DO ARTIGO 57.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E BEM ASSIM DO QUE DISPÕE O N.º 4, DO ARTIGO 34.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR, EM MINUTA, A PRESENTE ATA, PARA EFEITOS IMEDIATOS.-----OOXXXOO 000 ---- Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, foi pela Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe, elaborada a presente ata, que vai assinar juntamente com o Senhor Presidente.-------- Ourém, Divisão de Atendimento ao Munícipe da Câmara Municipal, 21 de julho de 2017. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 21/07/2017

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
 - 1. Carta registada sob o n.º 22.060/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Maria Preciosa Ferreira dos Santos;
 - 2. Carta registada sob o n.º 23.224/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Maria do Carmo Vieira Verdasca Moreira Ferreira Braz.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

= Abertura de procedimentos concursais comuns para ocupação de 20 postos de trabalho, distribuídos pelas carreiras/categorias de assistente operacional e de técnico superior – Proposta n.º 6/2017, datada de 07 de junho findo, do Senhor Presidente.

2.1. EXPEDIENTE

= Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade – Requerimento registado sob o n.º 10.333/2017, de Arlindo dos Santos Vieira, sobre prédios sitos na Freguesia de Fátima.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Casa do Povo de Fátima Associação Cultural e Recreativa Pedido de apoio financeiro Processo registado sob o n. 15.323/2017, da associação;
- = Pavimentação de estacionamento e acessos aos cemitérios de Caneiro, de Lagoa do Furadouro e de Melroeira Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias Proposta de protocolo Informação n.º 67/17, datada de 14 de julho corrente, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = P070/2016 Requalificação Urbana da Av. D. Nuno Álvares Pereira, Nossa Senhora da Piedade Ourém Informação n.º 68/17, de 18 do corrente mês, do Chefe da DGF.

3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços em regime de ajuste direto (Números 4 e 12, do artigo 49.°, da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro) Informação n.º 331/17, de 10 de julho em curso, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA);
- = P048/2017 Reabilitação da rede viária do Concelho de Ourém Zona Norte Informação n.º 330/17, de 10 do corrente mês, da CPA;



= P082/2017 – Rede de Drenagem de Águas Residuais nas Freguesias de Cercal, Matas e Espite – Erros e omissões – Informação n.º 461/17, de 04 de julho em curso, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade.

3.2. PATRIMÓNIO

- = Contrato da empreitada de "P048/2017 Reabilitação da rede viária do Concelho de Ourém
- Zona Norte" Apreciação da minuta do contrato.

4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = Pedidos de fornecimento de calçada:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 30.252/2016, de Isabel Fetal Sebastião Vieira;
 - 2. Carta enviada por correio eletrónico no dia 23 de janeiro de 2017, pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade.

5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Pedidos de Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal:
 - 1. Requerimento registado sob n.º 18.716/2017, de Diamantina Gaspar de Frias Carvalho;
 - 2. Requerimento registado sob n.º 18.967/2017, da firma Vipremi Fabricação de Produtos em Betão, Limitada;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Anulação de dívida acumulada:
 - Informação n.º 443/17, de 28 do mês findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
 - Informação n.º 446/17, de 28 do mês findo, da DAS;
 - 2. Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos) Informação n.º 421/17, datada de 23 de junho findo, da DAS;
 - 3. Devolução de verba, por motivo de rotura:
 - Informação n.º 438/17, de 28 de junho findo, da DAS;
 - Informação n.º 439/17, de 28 de junho findo, da DAS;
 - Informação n.º 440/17, de 28 de junho findo, da DAS;
 - Informação n.º 441/17, de 28 de junho findo, da DAS;
 - Informação n.º 447/17, de 29 de junho findo, da DAS;
 - Informação n.º 463/17, de 05 do corrente mês, da DAS;
- = Recolha consignada Contentores adicionais Informação n.º 464/17, de 05 de julho em curso, da DAS.

6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 13.989/2017, de Maria de Lourdes Lopes Silva Dias (Processo 1737/2002), instruído com a informação n.º 122/2017/DGU/cm0428, de 17 de julho em curso, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
 - 2. Processo n.º 357/2016, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém, instruído com a informação n.º 179/2017/DGU/cm0084, de 12 de junho findo, da DGU;
 - 3. Processo registado sob o n.º 235/2016, de Agostinho da Silva Ferreira, instruído com a informação n.º 58/2017/DGU/cm0650, de 12 de julho em curso, da DGU, a anexar o Auto de Vistoria n.º 9/2017, de 03 de abril último;



- = Licenciamentos de trabalhos de remodelação de terrenos:
 - 1. Processo registado sob o n.º 1193/2010, da firma Somague Engenharia, S.A., instruído com as informações n.º 38/2015/DGU/cm0650, de 10 de agosto de 2015, da DGU e datada de 26 de fevereiro de 2016, da Fiscalização Municipal;
 - 2. Processo registado sob o n.º 1347/2010, da firma Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, Limitada, instruído com as informações n.º 35/2015/DGU/cm0650, de 10 de agosto de 2015, da DGU e datada de 26 de fevereiro de 2016, da Fiscalização Municipal;
 - 3. Processo registado sob o n.º 1766/2010, da firma Somague Engenharia, S.A., instruído com as informações n.º 34/2015/DGU/cm0650, de 10 de agosto de 2015, da DGU e datada de 08 de março de 2016, da Fiscalização Municipal;
 - 4. Processo registado sob o n.º 1865/2010, da firma Somague Engenharia, S.A., instruído com as informações n.º 39/2015/DGU/cm0650, de 10 de agosto de 2015, da DGU e datada de 17 de fevereiro de 2016, da Fiscalização Municipal;
 - 5. Processo registado sob o n.º 1866/2010, da firma Somague Engenharia, S.A., instruído com as informações n.º 36/2015/DGU/cm0650, de 10 de agosto de 2015, da DGU e datada de 17 de fevereiro de 2016, da Fiscalização Municipal;
 - 6. Processo registado sob o n.º 1174/2011, da firma Somague Engenharia, S.A., instruído com as informações n.º 37/2015/DGU/cm0650, de 10 de agosto de 2015, da DGU e datada de 08 de março de 2016, da Fiscalização Municipal;
 - 7. Processo registado sob o n.º 1175/2011, da firma Somague Engenharia, S.A., instruído com as informações n.º 27/2015/DGU/cm0650, de 07 de agosto de 2015, da DGU e datada de 26 de fevereiro de 2016, da Fiscalização Municipal;
 - 8. Processo registado sob o n.º 1214/2011, da firma Novopca Construtores Associados, S.A., instruído com as informações n.º 29/2015/DGU/cm0650, de 07 de agosto de 2015, da DGU e datada de 08 de março de 2016, da Fiscalização Municipal;
 - 9. Processo registado sob o n.º 1928/2011, da firma Novopca Construtores Associados, S.A., instruído com as informações n.º 32/2015/DGU/cm0650, de 10 de agosto de 2015, da DGU e datada de 26 de fevereiro de 2016, da Fiscalização Municipal;
 - 10. Processo registado sob o n.º 1929/2011, da firma Novopca Construtores Associados, S.A., instruído com as informações n.º 31/2015/DGU/cm0650, de 10 de agosto de 2015, da DGU e datada de 26 de fevereiro de 2016, da Fiscalização Municipal;
 - 11. Processo registado sob o n.º 1997/2011, da firma Lena Engenharia e Construções, S.A., instruído com as informações n.º 28/2015/DGU/cm0650, de 07 de agosto de 2015, da DGU e datada de 26 de fevereiro de 2016, da Fiscalização Municipal;
 - 12. Processo registado sob o n.º 2113/2011, da firma Novopca Construtores Associados, S.A., instruído com as informações n.º 33/2015/DGU/cm0650, de 10 de agosto de 2015, da DGU e datada de 26 de fevereiro de 2016, da Fiscalização Municipal;
 - 13. Processo registado sob o n.º 38/2012, da firma Novopca Construtores Associados, S.A., instruído com as informações n.º 30/2015/DGU/cm0650, de 10 de agosto de 2015, da DGU e datada de 08 de março de 2016, da Fiscalização Municipal;
- = Parecer prévio não vinculativo Processo n.º 176/2017, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, instruído com a informação n.º 206/2017/DGU/cm0084, de 26 de junho findo, da DGU:
- = Pedido de destaque Processo registado sob o n.º 98/2017, da firma Caves de Ourém de Fernando Rodrigues, Limitada, instruído com a informação n.º 100/17/DGU/cm0674, de 28 de junho findo, da DGU;



- = Demolição/beneficiação de edificação Segurança e salubridade públicas:
 - 1. Auto de vistoria n.º 3/2017, de 17 de maio transato;
 - 2. Auto de Vistoria n.º 4/2017, de 08 de maio transato.

7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Tarifa de resíduos sólidos urbanos Pedido de atribuição de tarifa social Processo registado sob o n.º 10.985/2009, de Maria da Conceição Pereira;
- = Atividades de enriquecimento curricular 1.º Ciclo do Ensino Básico 2017/2018 Informação n.º 85/17, de 21 de fevereiro último, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS):
- = Programa de expansão e desenvolvimento da educação Pré-escolar Ano letivo 2017/2018
- Informação n.º 86/17, de 21 de fevereiro último, da DEAS;
- = Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico Ano letivo 2017/2018 Informação n.º 89/17, datada de 21 de fevereiro último, da DEAS;
- = Transportes escolares para o ano letivo 2017/2018:
 - 1. Alunos matriculados nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário Informação n.º 210/17, de 06 do mês findo, da DEAS;
 - 2. Aluguer de automóveis ligeiros de passageiros Táxis Informação n.º 214/17, de 07 de junho findo, da DEAS;
 - 3. Aluguer de veículos de transporte coletivo de passageiros Informação n.º 215/17, de 07 de junho findo, da DEAS;
- = Renovação de protocolos:
 - 1. Casa da Criança Centro de Assistência Social de Fátima Informação n.º 217/17, de 07 do mês findo, da DEAS;
 - 2. Centro Social Paroquial da Freguesia de Atouguia Informação n.º 218/17, de 07 do mês findo, da DEAS;
- = Propostas de protocolos:
 - 1. Freguesia de Espite Informação n.º 222/17, de 08 de junho findo, da DEAS;
 - 2. União das Freguesias de Matas e Cercal Informação n.º 225/17, de 09 de junho findo, da DEAS.

8. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

- = Cedência das instalações do Seminário dos Monfortinos Proposta de protocolo de colaboração com o CMAC Conservatório de Música e Artes do Centro, CRL Carta de referência F006.2017, datada de 25 de janeiro transato, do CMAC;
- = Academia de Música Banda de Ourém Pedido de apoio monetário Carta, datada de 08 do mês findo, da associação.

9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= Acidente de viação – Pedido de indemnização – Requerimento registado sob o n.º 752/2017, de Nelson dos Reis Batista, sobre acidente ocorrido na Rua dos Moinhos – Freguesia de Fátima, no dia 18/12/2016.



10. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

= Aquisição de terreno no Cemitério Municipal de Ourém — Pedido de pagamento em prestações — Requerimento registado sob o 21.586/2017, de Maria Helena Vieira Ferreira Santos Costa.

Câmara Municipal de Ourém, 18 de julho de 2017

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 07-07-2017 a 20-07-2017

Processo nº	Requerente	Local					
840/2017	João Pedro Ferraz Faria	Rua de São Sebastião, em Beltroa, freguesia de Nª. Srª. das Misericórdias					
1057/2007	Pedro Ricardo Lopes Baptista	Estrada da Vinha Velha, em Casal dos Crespos, freguesia de Nª. Srª da Piedade					
818/2017	Maria Isabel Batista de Oliveira	Rua Gregório Correia, nº12 – Ourém – freguesia de Nª. Sr.ª da Piedade					
1149/2017	Transportes Broliveira, Ld.ª	Rua das Areias, nº 17, em Gondemaria, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival					
821/2017	Manuel Raposo Casimiro	Rua Luís de Camões, nº 78, em Vilar dos Prazeres - Nª. Srª. das Misericórdias					
1133/2017	João Carlos Gameiro Rodrigues	Rua da Escola – Freixianda da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais					
911/2017	Mondicassel, Unipessoal,Ld.ª	Rua Vale Vinte Mouros, Quinta do Feto, da freguesia de Nª.Srª. das Misericórdias					
1068/2017	Aldi Portugal – Supermercados, Lda.	Avenida Beato Nuno, nº 108, em Cova da Iria, freguesia de Fátima					
168/2016	Vânia Sofia de Jesus Freitas Marques	Rua da Fonte da Caldeireira, em Aljustrel, freguesia de Fátima					
1015/2017	Sónia Isabel Pereira dos Reis	Rua do Lugar, nº 4, em Valinho de Fátima, freguesia de Fátima					
890/2017	Fernando Santos Pereira	Pinheiro – Ourém, freguesia de Nª. Srª. da Piedade					
500/2017	Arlindo Filipe Lopes da Silva	Estrada do Túnel, n.º 24, em Lameirinha freguesia de Seiça					
817/2017	Manuel Lopes dos Reis	Rua do Tijolo, n.º 171, em Zambujeiro, freguesia da Atouguia					
1124/2017	Marina Lurdes Pires Moreira	Rua da Centeeira, nº 18, em Aljustrel, freguesia de Fátima					
925/2017	Evangelino Vieira Braçal	Rua da Escola, n.º 369, em Pinhel, freguesia da Atouguia					

Ourém 21 de julho de 2017



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 07/06/2017 a 20/07/2017

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento					
23556	Condomínio do Edifício Ibérico	Inspeção Periódica de Elevador					
20053	Lidia de Jesus Pereira	Inumação de Cadáver					
19778	Rui Manuel Silva Dinis	Inumação de Cadáver					
21324	Maria José Dias Batista	Inumação de Cadáver					
21616	Move	Licença Especial de Ruído					
22693	Centro Cultural e Recreativo do Olival	Licença Especial de Ruído					
22306	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Espite	Licença Especial de Ruído					
20475	Diogo Rui Martins Ferreira	Licença Especial de Ruído					
22915	Fábrica da Igreja Paroquial de Casal dos Bernardos	Licença Especial de Ruído					
23054	Fábrica Igreja Paroquial Freguesia N ^a S ^a Misericórdias	Licença Especial de Ruído					
14318	Repsol Portuguesa, SA	Licenciamento de publicidade					
20217	Magda Patrícia Simões Martins	M.C.P					
20631	Ana Carolina Baptista Bandeira Conde	Ocupação do Espaço Público					
22498	MVMS	Ocupação espaço público					
22283	Condomínio do Edifício Fogãosol	Pedido de Inspeção Periódica					
22098	Comunidade Cristo Betânia	Pedido de Inspeção Periódica					
21915	Condomínio do Edifício Colónia	Pedido de Inspeção Periódica					
22166	Condomínio do Edifício Beato Nuno, 400	Pedido de Inspeção Periódica					
21914	Condomínio do Edifício Oureana	Pedido de Inspeção Periódica					
23263	Inst. Religiosas Sagrado Coração de Maria em Portugal	Pedido de Inspeção Periódica					
23151	Condomínio Encosta de Fátima	Pedido de Inspeção Periódica					
21322	Humberto Jorge Santos Machado	Pedido para Vendedor no mercado municipal					
20668	ACRD – Fontainhas da Serra	Prova Desportiva					



Ourém, 21 de julho 2017

Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 32/2017, de 2017/abril/07)



APOIO AO INVESTIMENTO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE N.º SR.º DAS MISERICÓRDIAS — "PAVIMENTAÇÃO DE ESTACIONAMENTO E ACESSOS A CEMITÉRIOS— CANEIRO/LAGOA DO FURADOURO/MELROEIRA"

PREÂMBULO

Considerando que:

- Os Cemitérios de Caneiro, Lagoa do Furadouro e Melroeira carecem de pavimentação dos espaços públicos subjacentes, tendo em vista a melhoria dos acessos e do estacionamento.
- 2. O espaço público a intervir é propriedade da Freguesia de N. Sr.ª das Misericórdias.
- 3. Os municípios dispõem de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 4. As freguesias dispõem de competência próprias, no âmbito do equipamento rural e urbano, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- 6. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém



representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca:

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 507 340 329, com sede na Praça do Pelourinho em Ourém, representada neste ato pelo Presidente da respetiva Junta de Freguesia, Luís Pereira de Oliveira.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da empreitada de pavimentação de estacionamento e acessos aos cemitérios de Caneiro/Lagoa do Furadouro e Melroeira, na Freguesia de N.ª Sr.ª das Misericórdias, conforme projeto técnico previsto em Anexo – I.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 21.600,36€ (Vinte e Um Mil, Seiscentos Euros e Trinta e Seis Cêntimos), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:



- a. agosto de 2017: 10.800,18 euros;
- b. outubro de 2017: 10.800,18 euros.
- 2. O pagamento da segunda prestação (última) está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagame	ento	sera	á efe	etuad	o por	transfer	ência	ba	ncária,	para	а	conta	bar	ncária	da
	Freguesia	de	N.ª	Sr.ª	das	Miser	icórdias,	com	0	número	de	ide	entifica	ção	banca	ária
								_,		da	er	ntida	ade		banca	ária
								_, con	for	me con	sta n	o A	Anexo	– II,	que	faz
	parte integ	rant	e do	pres	ente i	orotoc	olo.									

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;



- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- g) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A obra executada deverá será objecto de fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.



CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.



CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
·	preende folhas às quais se juntamer rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da dos mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de	de 2017, em dois exemplares de
igual teor e validade, destinando-se cada um	deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca

Luís Pereira de Oliveira